

H₂O para Celulose

X

Água

para todas as línguas

O conflito ambiental no entorno da
Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo

água
(português)

amanzi
(zulu)

water
(inglês)

wasser
(alemão)

eau
(francês)

Yy
(guarani)

water
(holandês)

Yy porã
(água sagrada em guarani)

Yy
(tupi)

vettä
(finlandês)

vannet
(noruegês)

vatten
(sueco)

ap
(indiano)

vepó
(grego)

acqua
(italiano)

agua
(espanhol)

main
(hebraico)



Daniela Meirelles
Marcelo Calazans

H2O para Celulose X Água para todas as línguas

O conflito ambiental no entorno da
Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo



Daniela Meirelles
Marcelo Calazans

Colaboradores
Arlete Schubert
Fábio Villas

::: 2006 :::

*Água de fonte... água de oceano... água de pranto...
Água de rio...
Água de chuva, água cantante das lavadas...
Têm para mim, todas, consolos de acalanto,
A que sorrio...*

Manuel Bandeira

*Vou vendo o que o rio faz
Quando o rio não faz nada
Vejo os rastros que ele traz
Numa seqüência arrastada
Do que ficou para trás
Vou vendo e vou meditando*

Dorival Caymmi

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
DESERTO VERDE	
Tecno-natura, árvore máquina, floresta industrial.	15
1. ÁGUA, SILÊNCIO DA ARACRUZ CELULOSE	17
2. PAPEL PARA O NORTE, HIPER-CONSUMO DE ÁGUA NO SUL	
Uma hidro-genealogia das fábricas da Aracruz Celulose.	24
2.1. Uma história da primeira fábrica no Espírito Santo –	
1978.	26
2.2. A problemática ambiental da segunda fábrica – 1991.	30
2.3. Mais água para a terceira fábrica – 2003.	39
3. ÁGUA E MONOCULTURA DO EUCALIPTO	44
3.1. Publicidade e Discurso Científico. A pesquisa da verdade	
adequada ao interesse da Aracruz Celulose S/A.	44
3.2. Outras ciências, verdades, interesses. Casos na África do	
Sul, na Índia, Chile, Tailândia e Brasil.	49
3.3. A problemática da monocultura da Aracruz Celulose S/A.	
A crise hídrica no Norte do Estado do Espírito Santo. ..	51

4. A GOTA D'ÁGUA	
Conflitos e Resistência na sociedade civil.	58
4.1. Quilombolas do Sapê do Norte - água à míngua	58
4.2. Esgoto de Aracruz para os rios Guaxindiba e Sahy – Aldeias tipinikins.	66
4.3. Esgoto do bairro Coqueiral para aldeia guarani do Piraquêçú.	72
4.4. Canal Caboclo Bernardo: uma clara ilegalidade.	76
4.5. Aldeia Tupinikim de Comboios, afundando com o canal	79
4.6. Barra do Riacho – um mar de problemas trazido pela Aracruz	81
4.7. Vila do Riacho – cheia de privações	82
5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.	87

APRESENTAÇÃO

Según Eduardo Galeano “Las guerras del agua ya están ocurriendo. Son guerras de conquista, pero los invasores no echan bombas ni desembarcan tropas. Viajan vestidos de civil estos tecnócratas internacionales que someten a los países pobres a estado de sitio y exigen privatización o muerte. Sus armas, mortíferos instrumentos de extorsión y de castigo, no hacen bulto ni meten ruido”.

En muchos lugares donde se han instalado grandes monocultivos de árboles y gigantescas fábricas de celulosa –como es el caso de Aracruz Celulose en Espirito Santo- la conquista y la privatización del agua ya es un hecho. Ahora es privativa de las grandes multinacionales y se le ha quitado a la gente. Existen muchos testimonios donde la gente habla de las épocas que tenían agua y que esa agua desapareció después de que llegaron los grandes monocultivos de árboles. Otros tantos cuentan cómo las grandes fábricas de celulosa se apropiaron de los cursos de agua de que disponían las comunidades y de como los contaminaron.

Sin embargo, los forestales y sus seguidores siguen afirmando que esto no sucede. En un informe de certificación nos sorprendió encontrar la siguiente afirmación: “Es sabido que el principal efecto ambiental del eucalipto es su fuerte uso del agua del suelo”. Quizás no nos sorprendió tanto encontrar esta otra afirmación en el mismo informe: “aún no se ha hecho ningún trabajo sobre el impacto de las operaciones forestales sobre el ciclo hidrológico en su conjunto”. Es quizás la frase que más hemos escuchado de parte de los “técnicos” relacionados con empresas forestales en estos últimos años: “no hay evidencia científica de que las plantaciones impactan sobre el agua”. Frente a eso, la gente afectada muestra indignada

sus pozos y cursos de agua secos como prueba de que no solo la evidencia existe sino que sobra.

Es que tanto las fábricas de celulosa como las plantaciones de eucalipto que las abastecen son voraces consumidoras de agua. Por ejemplo, la fábrica de celulosa de la empresa finlandesa Botnia que se pretende instalar en Uruguay, usará todos los días 86 millones de litros de agua. Esto equivale a 4.300 camiones cisterna de 20.000 litros cada uno. Necesitará además, unas 140.000 hectáreas de eucalipto. Cada eucalipto consume en promedio 30 litros de agua por día y cada hectárea tiene 1.100 árboles. Es decir, que esas plantaciones consumen diariamente la gigantesca cifra de 4.620 millones de litros, que equivale a una fila de camiones cisterna de 20.000 litros que empieza en Montevideo y termina en Rio de Janeiro. ¡Todos los días!

Por eso consideramos que este gran esfuerzo realizado por los compañeros de FASE es un gran aporte para todos quienes queremos y necesitamos limitar la expansión de los monocultivos forestales y la instalación de fábricas de celulosa y para quienes necesitan evidencias de la forma en que empresas como Aracruz se están apropiando – silenciosa y gratuitamente – de un recurso tan vital para la gente como lo es el agua.

Ana Filippini

Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales
(WRM)

INTRODUÇÃO

Realizado pela equipe da FASE no Espírito Santo, com o apoio da Ajuda da Igreja Norueguesa (NCA – Nordic Church Aid), este pequeno estudo reúne contribuições de diferentes pessoas, entidades e redes da sociedade brasileira, sendo fruto de um trabalho em parceria através da Rede Deserto Verde, da Rede de Justiça Ambiental, da Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Projeto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da FASE Nacional.

Seu objetivo é identificar e analisar, (sem nenhuma pretensão disciplinar), algumas entre as principais disputas por água, envolvendo a sociedade civil, habitante do entorno do complexo agro-industrial da Aracruz Celulose, no Espírito Santo, Brasil. Trabalha com casos concretos de conflitos, ora associados ao altíssimo consumo nas fábricas de celulose, ora relacionados à monocultura em larga escala do eucalipto de rápido crescimento. A idéia aqui é aprofundar a compreensão da gênese, do modo de ser e natureza própria desses conflitos, através principalmente da escuta direta dos atores sociais envolvidos, da análise das estratégias e perspectivas em confronto e da pesquisa de textos e documentos: da mídia, da empresa, do Estado, dos movimentos sociais.

Um segundo objetivo, em sentido mais amplo que o anterior, se lança na tentativa de um exercício político, em busca de outros caminhos para as relações entre as sociedades do Norte e do Sul do planeta. E, neste aspecto, a análise do complexo da Aracruz Celulose é exemplar. Transpõe grandes distâncias históricas e geográficas, e perpassa enormes diferenças econômicas, sociais e ambientais. De fato, os investimentos da Aracruz Celulose no Brasil conectam negócios, cidadãos e cidades como Oslo, Helsink, São Mateus e Aracruz, em uma mesma dinâmica temporal e espacial.

Mesma, porém injusta, visto que, do Norte parte a tecnologia, o maquinário e o crédito para exportação, e nele ficam os melhores empregos, o maior valor agregado, o menor risco ambiental. Também para o Norte se destina 98% da produção da empresa, para abastecer a demanda crescente por lenços de papel, absorventes e papéis sanitários. Já do Sul, parte a celulose, um semi-elaborado e ficam, tal como no Espírito Santo, os plantios industriais de eucalipto, alguns raros e precários empregos, poucos tributos e ainda dezenas de conflitos ambientais.

Nesta perspectiva, o problema da água no entorno da Aracruz Celulose no Espírito Santo, deixa de ser apenas de responsabilidade de índios, quilombolas, camponeses e trabalhadores rurais sem terra. Deve também interpelar os dirigentes e burocratas dos órgãos dos Estados, os consultores e quadros das empresas, os técnicos dos bancos e agências de crédito de exportação dos países do Norte. Afinal, não ocupam os centros decisórios, técnicos, políticos ou financeiros do Fundo do Petróleo norueguês, da Jaakko Poyry Consulting, da Kvaerner, da Metso, ABB, Andritz-Ahlstrom, Voith Paper, Siemens, Partek, Proctor and Gamble, Kimberly-Clark, Nordik Invest Bank, European Invest Bank? Stora Enso? Participam com a Aracruz Celulose S/A de uma mesma orquestração de interesses e investimentos e comércio internacional.

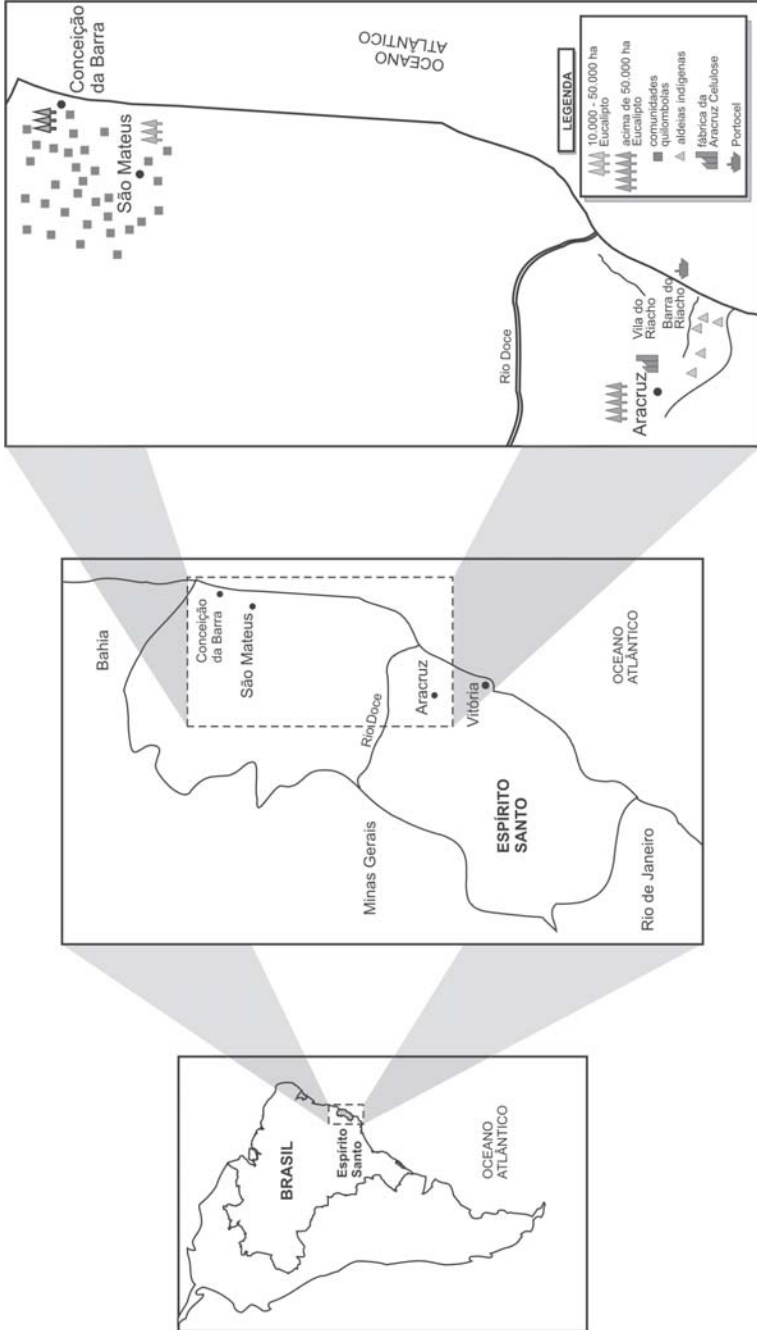
Neste mesmo sentido, um terceiro objetivo, mais pragmático, se estabelece como diretriz desse pequeno estudo, uma vez que se empenha em reunir elementos e informações necessárias para sustentar uma campanha junto às sociedades do Norte, suas igrejas, escolas, ongs, conselhos e demais instituições, de forma que possam pressionar seus Estados, seus Bancos, empresas e agências de exportação, para que revejam mais detidamente os impactos sociais e ambientais de seus investimentos no Complexo da Aracruz Celulose no Brasil.



Manifestação da Rede Deserto Verde em frente ao escritório da Jaakko Pöyry – 2002.

Finalmente, com este trabalho, esperamos contribuir com as lutas locais que se travam no Espírito Santo, lutas dos povos indígenas guaranis e tupinikins, das comunidades rurais afro-descendentes, das famílias camponesas e dos trabalhadores rurais sem terra, pela reparação do direito fundamental à água.

REFERENCIAIS DE LOCALIZAÇÃO PARA
“H₂O PARA A CELULOSE X ÁGUA PARA TODAS AS LÍNGUAS”



DESERTO VERDE
Tecno-natura,
árvore máquina,
floresta industrial.

O nome Deserto Verde soa como um contra-senso. Ao se referir a um determinado território, deixa na escuta uma certa estranheza; afinal, como assim, um Deserto Verde?

Talvez com mais direitos do que a escuta, as imagens reclamem com veemência: - um deserto verde? Como assim? Não vê? Os desertos são amarelos! E logo, na memória, as imagens do Sahara não deixam margem à dúvida. Os desertos são amarelos e ponto.

Porém, é justamente na proposição provocativa de um paradoxo que Deserto Verde transborda seus sentidos, encadeando-se como discurso social e ambiental, ecoando pela audiência pública. Sim; pois se o Ministério do Meio Ambiente, a Aracruz Celulose, a Veracel, as demais empresas e seus centros de pesquisa têm a ousadia de nomearem como "floresta" uma plantação homogênea de árvores, de uma única espécie, em linhas cartesianas, em ciclos cada vez mais curtos (6 anos); então realmente um Deserto Verde já não pode ser uma hipótese tão irracional assim, já não fere a língua e a escuta, se ao menos falamos sob os direitos de uma mesma sintaxe, ainda que destoantes na semântica que semeamos na Terra.

Porque, se uma floresta pode ser regida por uma máquina e seus desejos exigentes de contínua uniformidade de fibras, então, bem, está inventada a floresta industrial, quer dizer: um depósito e reserva de árvores, maximamente planejado no tempo e no espaço, que deve existir na cadência e no pulso da planta industrial. Sob os tratos mecânicos, de uma silvicultura maquinica,

a fisiologia do eucalipto desvela uma tecno-árvore, adaptável às disciplinas científicas, controlável por seus métodos analíticos. Desde o laboratório das mudas, se estendendo pelas plantações uniformes, (ah sim! Hexiforme – 6 idades), a tecno-árvore desarvora-se por sobre as terras e rios e matos e caças e pescas de índios, quilombolas, campesinos, sem terras. A tecno-floresta, como base industrial, não pode conviver com outros modos de convívio. Tamanha diversidade de gente e de paisagem não permitiria o máximo da máquina, em seu afã por sintetizar o uniforme.

No império da tecno-natura, mesmo as árvores podem formar desertos. E aí, Deserto Verde pode soar com menos estranheza...



Detalhe de estrada em meio às plantações, município de Aracruz/ES.

1. ÁGUA, SILÊNCIO DA ARACRUZ CELULOSE.

O que representa e significa água, no conjunto das operações industriais e nas monoculturas de eucalipto da Aracruz Celulose S/A? De quem e para que é requisitada, e em que condições a água retorna ao meio ambiente? Como a empresa se apropria e faz uso desse recurso? Em quais processos? Em que quantidades? Quanto paga por isso?

Quem assim interroga os textos da própria Aracruz – seus relatórios anuais, sítio na internet, revistas, publicações – perguntando por água, recolhe parca, incompleta e fragmentada informação. Não há um documento oficial específico, nem mesmo um tópico temático a respeito. Menos ainda uma abordagem mais abrangente, no tempo e no espaço. Não há sequer dois parágrafos em seqüência sobre água, que reúnam respostas às questões mais elementares e razoáveis, que se possa imaginar fazer a uma corporação “líder mundial”.

Naquilo que deixa transparecer ao público, através de seus discursos, em momento algum a empresa apresenta um texto estruturado, coerente e sistemático sobre o tema água. Para quem busca informações, não há nenhuma evidência nem referência de que exista uma política transparente de recursos hídricos da Aracruz Celulose S/A, abrangente de todo o complexo, integrando informações das indústrias, viveiros, plantações, porto e infra-estrutura. Diante dos esparsos fragmentos e enunciados que a empresa produz, o pesquisador deve se deter. Não há como mergulhar em águas tão rasas.

Por exemplo. No Relatório Anual de 2004, a única referência a água aparece, em passant, dentro do sub-ítem “*produtividade florestal*”. Diz o texto:

“Avançamos nos aspectos de sustentabilidade florestal, especialmente no que se refere à melhor utilização da água e dos nutrientes, conservação dos solos e manutenção da biodiversidade. Mais detalhes são apresentados no Relatório de Sustentabilidade ao final desta publicação”. Ok.

E, quanto a água na indústria, nenhuma informação no Relatório Anual de 2004.

No “*Relatório de Sustentabilidade – 2004*”, entre os inúmeros tópicos e sub-títulos que compõem o documento, também não há um lugar diferenciado em que o tema da água apareça com consistência, especificado, tal como era de se esperar – raros textos sobre sustentabilidade não dedicam ao menos um sub-título ao quesito água.

Entretanto, já na apresentação, o diretor-presidente da empresa, Sr. Carlos Aguiar escreve:

“Na área industrial, obtivemos nova redução no consumo específico de água para produção de celulose, e seguimos buscando formas de reduzir ainda mais esse consumo sem perda de qualidade do produto”.

Um pouco adiante, dentro do sub-tópico “*aspectos ambientais*”, a única informação significativa:

“O consumo de água pela indústria em 2004 foi de 37,3 m³/t”.

E isso é tudo, no Relatório de Sustentabilidade. Sem nenhuma análise mais profunda e detalhada, conforme prometia o Relatório Anual de 2004.

E, quanto ao consumo de água nas plantações, nenhuma informação.

Em outra publicação, “*Por dentro da Aracruz*”, amplamente

divulgada (como encarte publicitário) nos jornais de maior circulação no Espírito Santo, em Abril de 2005, a empresa chega a tecer alguns comentários, um parágrafo, repetindo as informações anteriores:

“Recurso fundamental na produção de celulose e também para a existência do planeta, a água é alvo de um cuidado especial da Aracruz: entre 2003 e 2004, o volume de água utilizada no processo industrial para fabricação de celulose caiu quase 4%. Graças a diversas iniciativas, o consumo de água por tonelada produzida caiu de 64,2 m³/t, em 1992, para 37,3m³/t, em 2004”.

Interessante a conjunção aditiva “e”, nivelando na mesma oração a importância da água, “para a existência do planeta” e para a “produção de celulose”. Na balança empresarial dos valores, o planeta tem o mesmo peso que lençóis e papéis descartáveis.

Os 4% na redução do volume d’água na indústria entre 2003 e 2004 é precedido por “quase”, pois o arredondaram de 3,76%, conforme Relatório de Sustentabilidade 2004. A diferença desprezada, de 0,24%, certamente não representa um volume d’água desprezível, como veremos adiante.

E também a queda no consumo de água por tonelada de celulose, de 64,2m³/t, em 1992, para 37,3m³/t, em 2004. São números significativos, porém poderiam informar melhor, caso fossem apresentados junto ao consumo absoluto de água, acompanhando o crescimento da capacidade produtiva e, principalmente, se pudessem ser analisados paripassu desde 1978 (inauguração da primeira fábrica), em segmentos temporais mais curtos. A empresa pode estar diminuindo a quantidade de água que consome em cada tonelada de celulose produzida, porém esta diminuição não significa necessariamente

A empresa pode estar diminuindo a quantidade de água que consome em cada tonelada de celulose produzida, porém esta diminuição não significa necessariamente uma redução de seu consumo total de água, que pode seguir aumentando, proporcionalmente à capacidade produtiva, ainda que em taxas menores que esta.

uma redução de seu consumo total de água, que pode seguir aumentando, proporcionalmente à capacidade produtiva, ainda que em taxas menores que esta. Ou teria diminuído o consumo de água na indústria, depois da inauguração da 3ª fábrica no Espírito Santo, em 2003? Ou houve diminuição do consumo de água, depois da inauguração da Veracel Celulose no sul da Bahia? Na propaganda massificada, a interpretação fica quase restrita àquilo que a empresa deseja induzir no leitor.

No mesmo documento, um enunciado dentro de um pequeno box intitulado *“Você sabia?”*, agora em referência ao consumo de água nas plantações em larga escala de eucalipto:

*“Uso da água: o consumo de água pelos plantios de eucalipto é semelhante ao da floresta nativa”.*¹

Ainda que financiada pela Aracruz, e por seu interesse em prová-la, essa tese vem sendo sustentada por equipe científica e acadêmica, articulada à empresa no chamado “projeto micro-bacia”, um pequeno espaço experimental, onde criam e desenvolvem metodologias de cálculo do consumo de água nas plantações de eucalipto, até permitirem comparações como na tese exposta: *“o consumo de água nos plantios de eucalipto é semelhante ao da floresta nativa”*. Assim seja.

E no entanto, outras teses de outras academias e mesmo de outras disciplinas científicas, apontam para outras direções. É o caso, por exemplo, na África do Sul. O professor e pesquisador Dr. Harald Witt, da Universidade de Natal, em Durban, afirma que por lá esse debate já está superado, há algumas décadas, quando, ao norte do país, se constatou o impacto do eucalipto sobre nascentes, córregos, rios.² Na Índia, a respeito do mesmo assunto, Vandana Shiva chegou a conclusões semelhantes.³ No Brasil, o renomado geógrafo Aziz

¹ Essa mesma tese é sustentada no CD-room do Projeto Micro-bacias.

² Vide palestra do pesquisador em “Seminário Internacional do eucalipto. Espírito Santo/Brasil/2001.”

³ Vandana Shiva Livro com CPT/MG.

Ab-Saber, tal como o cientista natural Sebastião Pinheiro, o naturalista Augusto Ruschi, todos sustentam o alto consumo de água nas monoculturas em larga escala e ciclo curto de eucalipto. Para Marcelo Firpo, pesquisador da FIOCRUZ, *“toda e qualquer monocultura de grandes extensões, seja ela intensiva em agrotóxicos ou em transgênicos, representa a expansão de sistemas ecológicos artificialmente homogêneos. Atualmente 90% da produção mundial de alimentos é restrita somente a 15 espécies vegetais e 8 animais, e “um sistema ecológico homogêneo é um desastre esperando para acontecer”.* (Holling, apud Giampietro, 2002).⁴

Ainda que a tese da ciência empresarial fosse inquestionável e definitiva. Quer dizer, ainda que, *“o consumo de água nos plantios de eucalipto é semelhante ao da floresta nativa”*, fosse uma sentença correta e cientificamente demonstrável, convém pensar ainda nas inescapáveis diferenças e radicais dessemelhanças, tal como comparam os índios guaranis e tupinikins, os quilombolas e camponeses que testemunharam boa parte da Mata Atlântica sendo substituída pelos eucaliptais da empresa, e desde 1968, quando se iniciou a conversão para a monocultura, contabilizam o sumiço de inúmeros córregos e lagos. Alguns de seus antigos leitos ainda podem ser observados, em meio ao eucaliptal, secos. Ou seja; ainda que o consumo de água fosse semelhante, para os povos da floresta e camponeses, seria melhor que esse consumo estivesse sendo feito pela Mata Atlântica, e não pela monocultura do eucalipto. E isso não é tudo.

O problema da água ao longo dos plantios homogêneos de eucalipto não é apenas quantitativo. É também qualitativo, pois o uso intenso de fertilizantes químicos e agrotóxicos pela Aracruz tem sido apontado pela vizinhança tradicional, indígena e quilombola, como fator de contaminação de seus recursos hídricos. Nos rios que cruzavam seus territórios, por via das dúvidas, não bebem mais água. Nem se banham. Poucos ainda pescam. A empresa silencia, porém usou o dodecacloro como isca para formiga,

⁴ GIAMPIETRO, Mario, 2002. The precautionary principle and ecological hazards of genetically modified organisms. *Ambio*. 31(6):466-70, 2002.

ao menos até 1993.⁵ E ainda hoje a Aracruz Celulose aplica: Scout N.A., Goal BR, Chopper N.A, Mirex-S, Formicida Granulado Dinagro-S N.A, Formicida em Porta-Isclas (10g), Confidor 700 GRDA, Goal 240 N.A, K-Othrine 2P N.A, Fomicida em Porta-Isclas (5g) e Tuit N.A.⁶ E não há nenhuma informação da empresa disponível e transparente ao público, quanto a quantidades e tipos de agro-químicos utilizados nas plantações.



Aplicação de agrotóxico nos plantios de eucalipto

Financiando seus investimentos, construindo rodovias e infraestruturas urbanas, detentor ainda de 12% das ações da empresa, cedendo-lhe centenas de hectares de terras devolutas da União,

⁵ Conforme entrevista do professor Sebatião Nogueira ao Jornal A Gazeta, 08 de Maio de 1992, o dodecacloro é uma substância altamente tóxica e pode atingir toda uma cadeia alimentar em seqüência, até chegar no homem, pois pode resistir no meio ambiente por 15 anos.

⁶ Relatório do IDAF constatou o uso durante os anos 2001 e 2002, após denúncia de contaminação e morte de trabalhador da empresa Plantar, empreiteira sub-contratada pela Aracruz Celulose, para o manejo de seus plantios de eucalipto.

pré-ocupadas por índios e quilombolas, o Estado brasileiro sempre foi parceiro do projeto Aracruz Celulose S/A. Durante os primeiros 16 anos, de 1968 até 1984, tênues eram os limites entre a empresa e o Estado ditatorial. Diretores e dirigentes empresariais vieram de órgãos públicos sob intervenção federal, ou fizeram o caminho contrário, saindo da empresa para ocuparem cargos públicos. Com a re-abertura política, uma breve diáspora entre Estado e empresa, principalmente nos níveis regional e local. Depois de uma nova re-pactuação empresa-Estado, a partir da primeira metade dos 90, o ímpeto do agrobusiness exportador de semi-elaborados define e desenha as políticas públicas florestais e agrícolas, tanto a nível federal como estadual. Neste aspecto específico, não muitas diferenças entre Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva.

Denunciados na Corte Internacional de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais da OEA⁷, o Estado brasileiro e do Espírito Santo têm um largo histórico de responsabilidade e de omissão diante do sistemático processo de violação de direitos das populações tradicionais indígenas, pescadores e quilombolas, tal como de camponeses e trabalhadores rurais sem terra. Dentre os direitos violados, o direito universal à água limpa não tem sido plenamente garantido pelo Estado. A empresa polui os recursos hídricos da região, o Estado nada investiga. Apropria-se de rios e córregos, o Estado nada cobra. Diante das questões levantadas pela sociedade civil capixaba, o Estado nada responde. O silêncio da empresa tem seu apoio irrestrito.

O que representa e significa a água no conjunto de operações industriais e nas monoculturas de eucalipto da Aracruz Celulose S/A? De quem e para que é requisitada, e em que condições a água retorna ao meio ambiente? Como a empresa se apropria e faz uso desse recurso? Em quais processos? Em que quantidades? Quanto paga por isso? Nos documentos e na publicidade da empresa, transparentes ao público, continuam sendo questões sem respostas. Água, um profundo silêncio da Aracruz Celulose.

⁷ Vide Relatórios de Violação de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais, de 2002 e 2003. O Caso Aracruz Celulose no ES, Brasil.

2. PAPEL PARA O NORTE, HIPER-CONSUMO DE ÁGUA NO SUL.

Uma hidro-genealogia das fábricas da Aracruz Celulose.



*Complexo industrial da Aracruz Celulose no Espírito Santo.
Unidade de Barra do Riacho – 248 mil m³ de H₂O por dia.*

Desviando rios para abastecer seus reservatórios de água para o processo industrial. Lançando seus efluentes nas águas da região. Plantando sua monocultura de eucalipto sem respeitar lagos, nascentes e córregos. Lançando herbicidas e pesticidas sobre seus plantios industriais. Irrigando mudas nos viveiros e plantios. A Aracruz Celulose S/A sempre requisitou enorme volume de água da sociedade civil de seu entorno territorial.

No complexo industrial da Aracruz Celulose S/A, a água é elemento fundamental, consumida em vários setores e momentos de seu processo produtivo: no manejo e na preparação dos cavacos, no digestor e no branqueamento, na caustificação e no forno de cal, na depuração da polpa branqueada, na secagem e no turbogerador e sobretudo na alimentação das caldeiras. Também é intensamente utilizada nos processos de deslignificação, na secagem, no enfardamento e na evaporação.⁸

Depois de usada para refrigeração ou diretamente no processo industrial da celulose, a água retorna para as outras águas da região, como efluente, carregando consigo os restos dos processos industriais, entre eles o cloro, ainda hoje usado no branqueamento da celulose.

No viveiro e ao longo dos plantios homogêneos de eucalipto de rápido crescimento, a água é elemento fundamental para o desenvolvimento das mudas e da planta, em seu curto ciclo evolutivo, até chegar à idade de corte. Não apenas o sol dos trópicos, mas também a disponibilidade de água é fator relevante nos altos indicadores de produtividade apresentados pela empresa.

E ainda tem os agrotóxicos, herbicidas e pesticidas, líquidos ou granulados, amplamente utilizados na monocultura em larga escala de eucalipto, afetando diretamente os recursos hídricos das populações tradicionais que habitavam a Mata Atlântica e hoje se encontram ilhadas em meio ao eucaliptal da empresa.

Difícil, e mesmo impossível, é separar a problemática da água das demais temáticas do mesmo território em disputa: a questão da terra, a questão das florestas e da biodiversidade, a temática das culturas tradicionais e do poder. Sem desprezar a integralidade e unidade das lutas territoriais, buscamos neste capítulo uma breve historiografia da empresa, desde a perspectiva da água.

⁸ Conforme CEPENAR, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA Fiberline C – Relatório técnico, 1999.

2.1. Uma história da primeira fábrica no Espírito Santo – 1978.

História da água, em Barra do Riacho, quem lembrava era Seu Abdon, antigo morador do distrito litorâneo, no município de Aracruz, Espírito Santo. Em sua vizinhança, no final dos 70, veio se instalar o complexo industrial da Aracruz Celulose S/A.

O pequeno distrito, cerca de 2 mil famílias habitantes, era composto principalmente por pescadores, e logo se transformou em hospedagem para milhares de trabalhadores temporários que foram atraídos à região durante a construção da primeira planta industrial da empresa. No pico da obra eram 13.996 trabalhadores,⁹ em sua grande maioria homens. As noites de Barra do Riacho nunca foram tão movimentadas: prostituição, violência, tráfico. Um jornal da época estampava na manchete: *“Domingo em Barra do Riacho: quando a cidade vira zona”*.¹⁰ Barra do Riacho só voltaria a ser tão movimentada no início dos 90, quando da construção da segunda fábrica de celulose. Os trabalhadores temporários vêm e se vão, porém a fama de “bairro de prostituição” não abandona a imagem de Barra do Riacho, afetando o cotidiano das famílias que lá habitam.

Mas não era apenas o abrupto impacto da superpopulação diante da ínfima infra-estrutura local, o que indignava a população pescadora de Barra do Riacho. Com a nova vizinhança empresarial, a água passou a ser um grande problema.

Ainda antes da conclusão das obras da primeira fábrica, em Setembro de 1977, em plena ditadura militar, Seu Abdon já declarava:

“Eles prenderam o rio lá onde o Jiúna encontra com o Riacho pra fazer a barragem móvel. Aí

⁹ Relatório de Administração da Aracruz Celulose, 1978.

¹⁰ Jornal Posição, 14 de Setembro de 1977.

nós ficamos com a água salgada até o meio. Quarenta barcos vão ficar sem barra pra poder passar. Dentro do Rio Riacho esgota o Rio Constantino, o Córrego do Arrozal, o Águas Claras, o Brejo Grande, o Rio Quilombola, o Araraquara, o Ribeirão da Linha, o Ribeirão do Cruzeiro, a Lagoa do Aguiar, a Lagoa de Baixo, a Lagoa do Meio, o Rio Pavão, o Maruboa, todos eles agora esgotam pra fábrica e nós ficamos sem água porque ela ficou presa".¹¹

Oito meses depois, em 13 de Abril de 1978, o relatório da administração da Aracruz Celulose S/A, referente ao exercício de 1977, divulgava para seus acionistas e público em geral, os momentos finais de construção da primeira fábrica de celulose no Espírito Santo, então prevista para iniciar suas operações em Julho de 1978. De fato, conforme lembrava Seu Abdon, as obras no "sistema de águas" eram das mais adiantadas. O enunciado do relatório empresarial o confirma:

"e) Sistema de águas: essa área apresenta um índice geral de conclusão de 92,6 por cento do total da obra. O restante prossegue sem que se observe desvios significativos no cronograma de execução e sem prejuízo no abastecimento de água à fábrica; que vem sendo feito desde agosto de 1977."¹²

Como e de que forma conseguiram uma reserva de água suficiente para abastecer a primeira fábrica? E qual era o volume dessa demanda? Quanto pagava? O relatório da empresa sequer tangencia o assunto. No documento, nenhuma referência a Seu Abdon, aos conflitos em Barra do Riacho. Nenhum aprofundamento quanto à formação de seu reservatório de água. Não eram informações para constar em um relatório da administração. Não inte-

¹¹ Jornal Posição, no. 20 pg.6, 14 de Agosto de 1977.

¹² Relatório de Administração da Aracruz Celulose S/A, exercício 1977.

ressavam aos acionistas, e nem era razoável que fossem de domínio público, ainda menos para um público sob intervenção política de uma ditadura militar.

À época, no texto da própria empresa, ou conforme ecoado pela mídia regional,¹³ fazia-se sempre referência a um “*relatório otimista*”, pois a obra estava adiantada, algumas partes já concluídas, e a indústria se preparava para o início da fase operacional. Um investimento de US\$536 milhões, previsto para produzir 400 toneladas/ano de celulose, 87,5% para exportação. E desde essa perspectiva, e somente nela, o cenário era realmente promissor: projeto competitivo, tempo recorde de implantação e queda nos estoques mundiais da celulose.¹⁴

Tendo à frente o grupo Lorentzen, da Noruega – orquestrado com Jakko Poyry, da Finlândia, e com Billerud-A.B., da Suécia, a Aracruz Celulose S/A soube negociar um grande financiamento com a ditadura militar do general Ernesto Geisel, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Do total de US\$ 536 milhões, o banco estatal brasileiro financiou US\$ 337 milhões do empreendimento.¹⁵ Na ocasião da assinatura do contrato, o gigantismo da empresa era comemorado pelo presidente do banco:

*“trata-se do maior financiamento já concedido pelo BNDE a uma única empresa privada”.*¹⁶

Severa com os movimentos sociais de resistência, a ditadura foi absolutamente permeável às proposições do Sr. Lorentzen, principalmente o general Geisel, Sr. Marcos Viana (presidente do BNDE),

¹³ Vide Relatório de Administração da Aracruz Celulose S/A, exercício 1977 e jornal regional do Estado do Espírito Santo - A Tribuna, 31 de Outubro de 1978.

¹⁴ Relatório de Administração da Aracruz Celulose S/A, exercício 1977.

¹⁵ A colaboração financeira do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para a Aracruz Celulose S/A se formalizou em 21 de Agosto de 1975, três anos antes do início das operações da primeira fábrica.

¹⁶ Entrevista concedida por Marcos Vianna, presidente do BNDE, ao Jornal A Gazeta, do Espírito Santo, em 31 de Outubro de 1978.

Sr. Ernane Galvêas (Banco Central) e Sr. Walther Moreira Salles (ministro), presentes na festa de inauguração da primeira fábrica, construída justamente por sobre a antiga aldeia indígena tupinikim, Aldeia dos Macacos.

Quanto ao abastecimento de água para a fábrica, o otimismo da empresa era mais que justificado. De fato, não havia “desvios significativos”, ao menos quanto ao “cronograma de execução”. Desvios significativos havia sim, não no prazo da obra, mas no sentido de rios e córregos e lagos, e junto com isso, no destino dos 40 barcos e de seu Abdon. Com a chegada do complexo industrial da Aracruz Celulose S/A, se inicia em Barra do Riacho um conflito por água que perdura até hoje, e ainda se amplia, quase 30 anos depois.

E com a primeira fábrica se inicia toda a problemática do cloro, amplamente usado no processo de branqueamento da celulose e eliminado através dos efluentes industriais da empresa. Ao contrário da pressa em assegurar o abastecimento de água da fábrica de celulose, no relatório de 1978, consta que a fábrica de cloro-soda estava ainda em seu projeto básico, preliminar, pois o início de sua operação estava previsto apenas para 1979. Enquanto isso, segundo a empresa:

Até hoje, parte da celulose da empresa ainda usa Cloro no processo de branqueamento. A decisão pelo uso ou não do cloro é menos uma filosofia da própria empresa e mais uma determinação do mercado consumidor. Se o mercado alemão não aceita cloro e o japonês o aceita, a empresa tem celulose para ambos.

*“o branqueamento se fará com o uso exclusivo de clorato de sódio no primeiro estágio”.*¹⁷

Para garantir a pureza e a brancura exigidas pelo consumidor do Norte, a fábrica de 1978 lança, por um ano, o Cloro elementar e restos de matéria orgânica nas águas da região. E durante 13 anos, contínua e ininterruptamente, o Cloro continua um elemento constante nos efluentes da Aracruz. Até hoje, parte da celulose da em-

¹⁷ Relatório de Administração da Aracruz Celulose S/A, exercício 1977.

presa ainda usa Cloro no processo de branqueamento. A decisão pelo uso ou não do cloro é menos uma filosofia da própria empresa e mais uma determinação do mercado consumidor. Se o mercado alemão não aceita cloro e o japonês o aceita, a empresa tem celulose para ambos. E a regulação do Estado no Brasil é flexível o suficiente para as duas formas de produção. Mas nessa época, na Aracruz, ainda não havia celulose sem cloro. Esse debate se inicia apenas com a chegada da segunda fábrica.

2.2. A problemática ambiental da segunda fábrica – 1991.

Inaugurada no dia 27 de Maio de 1991, com a presença de outro presidente, Fernando Collor de Melo, a segunda fábrica da Aracruz Celulose S/A consumiu investimentos de US\$ 1,2 bilhão. Para captar esse montante, uma nova e grande orquestração de interesses. Afinal, como na entrevista do Sr. Francisco Gros, então presidente da empresa:

*“Este é o maior projeto de papel e celulose em todo o mundo e também o maior projeto de execução definida no Brasil no momento, mesmo considerando investimentos públicos”.*¹⁸

Palavras semelhantes haviam sido ditas em 1978. Herança direta do discurso da ditadura militar – a idéia de um país gigante que finalmente acorda para seu futuro estrelato no mundo, os mega-projetos de desenvolvimento, o discurso do progresso, do país que cresce; a empresa repetia: a maior do mundo, o maior empréstimo, a mais avançada tecnologia...

Desta vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE) investiria US\$600 milhões. A própria empresa entraria com US\$ 250 milhões e o International Financial Corporation,

¹⁸ Entrevista concedida ao Jornal A Gazeta, em 11 de Fevereiro de 1988.

órgão do Banco Mundial, participaria com US\$ 80 milhões. O restante viria de aporte de capital dos acionistas.¹⁹ A Akz fornecia as turbinas, a Beloit as torres e filtros, a Kamyr o digestor, a Mannesmann as pontes rolantes, a Voith as linhas de secagem de celulose, a BBC Brow os geradores.²⁰

A Aracruz Celulose S/A duplicava sua capacidade de produção. De 500 mil, passaria a produzir 1 milhão de toneladas de celulose/ano. Controlavam a empresa os grupos Lorentzen (28%), Souza Cruz (28%), Safra (28%) e o próprio BNDES (12%). Desta vez, 80% de toda a produção seria destinada para o mercado externo.²¹

No início dos 90, um ano depois da inauguração da segunda fábrica, iria ocorrer no Rio de Janeiro a Conferência Mundial de Meio Ambiente. Presidente do conselho de administração da Aracruz Celulose, o Sr. Lorentzen assinava em Roterdã a “carta de princípios” sobre desenvolvimento sustentável,²² da Câmara de Comércio Internacional, com apoio das Nações Unidas. Sem abandonar o discurso faraônico da “ordem e do progresso”, herdado dos anos 60, no início dos 90 a Aracruz potencializa ao máximo seu discurso ambiental. Uma tecnologia de branqueamento da celulose, usando o dióxido de cloro (ECF), e o título de “plantador de florestas”, faziam parte de um grande lance publicitário. Um marketing estrategicamente verde. Em 1993, o Sr. Lorentzen ganhou, em Nova York, o prêmio “Personalidade do Ano”, concedido pela Câmara de Comércio Brasil-EUA.

Entretanto, o discurso da modernização ecológica da empresa estava diretamente relacionado à oportunidade econômica do momento, conforme entrevista do próprio Lorentzen à época:

“Sem a nova tecnologia, deixaríamos de vender 150 mil toneladas de celulose ao mercado internacional”.

¹⁹ Jornal A Gazeta, 21 de Abril de 1988.

²⁰ Jornal A Gazeta, 11 de Fevereiro de 1988.

²¹ Jornal Folha de São Paulo, 25 de Maio de 1991.

²² O conceito de sustentabilidade foi apropriado pela Comissão Brundtland e desde então se tornou um conceito estruturador do marketing verde empresarial e do discurso da modernização ecológica.

Ou ainda, na mesma entrevista:

“Rapidamente a companhia desenvolveu a tecnologia de branqueamento usando somente dióxido de cloro (ECF) ou dispensando totalmente a substância (TCF), técnica que resulta na fabricação de quatro novos tipos de celulose, atualmente representando cerca de 30% de sua produção total”.²³

O discurso do cloro foi tão massificado dentro e fora da empresa que, repentinamente, boa parte de seus diretores pareciam acompanhar as mais recentes relações entre cloro e saúde humana. Conforme o Sr. Armando Figueira, presidente da Aracruz Celulose S/A em 1991:

“Vamos fazer a adaptação utilizando do oxigênio por exigência de nossos compradores para não perder a competitividade. Alguns especialistas internacionais concluíram que o cloro tem substâncias cancerígenas”.²⁴

Na mesma entrevista, um dado raramente transparecido pela empresa. Talvez certa embriaguez ambiental do cloro tenha permitido a informação:

“O diretor industrial da empresa, Carlos Augusto Aguiar, (sic) ressalta que foi utilizado o que há de mais moderno para o controle ambiental. Todo o tratamento dos efluentes é feito por sete lagoas de aeração e o volume de água tratada (200 mil m³ por dia) abasteceria uma cidade como Fortaleza, exemplifica o diretor”.²⁵

²³ Entrevista concedida ao Jornal Gazeta Mercantil, 22 de Outubro de 1993.

²⁴ Entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 25 de Agosto de 1991.

²⁵ Idem.

Certamente que a população de Fortaleza, capital do Ceará, no Nordeste brasileiro, é bem mais expressiva que a população que habitava na imediata vizinhança das duas fábricas, no município de Aracruz.

Não obstante o alarido empresarial acerca dos “30% da produção total” sem cloro, a maior diferença da primeira para a segunda fábrica está relacionada principalmente aos distintos contextos históricos de construção e inauguração de ambas.

A primeira, em plena ditadura militar, sem chance de ser publicamente criticada, sem resistência possível. Já durante a construção da segunda, a sociedade brasileira vinha de um intenso processo de re-democratização. Havia caído a ditadura em 1984, sob a crítica de grandes mobilizações sociais, marchas e passeatas em todos os grandes centros e capitais do país. O lema era: “Diretas-Já”. Por toda a segunda metade da década de 80, os movimentos sociais estavam em amplo processo de organização, nas cidades e no campo, no movimento sindical, no camponês, no estudantil, mulheres, negros, índios etc.

Na sociedade civil do Espírito Santo, desde 1978 que os índios tupinikins e guaranis iniciaram o primeiro processo de reconquista e auto-demarcação de suas terras, invadidas e apropriadas pela empresa desde 1968, quando se começou a conversão da Mata Atlântica indígena para a monocultura do eucalipto da Aracruz Celulose.²⁶ No início dos 90, o marketing verde empresarial, apoiado substancialmente nos lemas do “free-cloro” e da “plantação de florestas”, podia ter um efeito internacional de vasto alcance, porém era inexpressivo regionalmente, vis a vis o que a sociedade civil experimentava no entorno da empresa: pouca água, pouca pesca, pouca mata, pouca caça, pouca terra. Índios guaranis e tupinikins, pescadores, pequenos agricultores, trabalhadores da fábrica e dos plantios, trabalhadores de empreiteiras sub-contratadas para o ma-

²⁶ Os dois Relatórios de Violações de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 2002 e 2003, apresentados à OEA e à Comissão de Direitos Humanos do parlamento nacional, narram mais de 30 aldeias indígenas destruídas com a chegada da Aracruz Celulose ao ES.

nejo, todos já experimentados dos impactos negativos da primeira fábrica, demonstravam seu descontentamento com o projeto em expansão. A Aracruz Celulose passa a ser publicamente acusada com maior intensidade pela precarização das condições de trabalho, concentração de terras e pela devastação das matas e dos rios da região.

O apoio de um conjunto de ONGs veio se somar à resistência das populações locais. O barco do Greenpeace ancorava no porto da Aracruz e um ato público contra a empresa foi realizado na escadaria do palácio do governo, sob o tema: “Não ao Deserto Verde. A Farsa da Aracruz”. No cartaz convocando um ato público constava uma lista de críticas à duplicação da empresa.

- ◆ *“Produz 1 milhão toneladas/ano. (não aceitável em nenhum outro país);*
- ◆ *Cerca de 7 mil famílias, entre camponeses e índios foram retiradas de suas terras;*
- ◆ *Concentração Fundiária. A indústria possui 142 mil hectares da área do estado plantada com eucaliptos.*
- ◆ *Expulsão do homem do campo e conseqüente proliferação de favelas;*
- ◆ *Redução drástica da área cultivável com alimentos básicos;*
- ◆ *Destruição de 80 mil hectares de florestas naturais;*
- ◆ *Desaparecimento de 156 córregos em Conceição da Barra;*
- ◆ *Lançamento de organoclorados e dioxinas no mar e no ar;*
- ◆ *Causa empobrecimento do solo e impede o poder de regeneração das plantas nativas”.*²⁷

²⁷ Cartaz de 28 de Maio de 1992, convocando ato público. Arquivo FASE-IBASE.

As relações entre a empresa e o ex-governador Albuíno Azeredo também não eram das melhores.²⁸ Tendo ocorrido sua educação básica em meio à ditadura militar, com o poder federal verticalizado, centralizando todos os espaços decisórios, a Aracruz Celulose S/A nunca havia precisado negociar com os governos estaduais, menos ainda com a sociedade civil regional. Tinha acesso direto a Brasília e aos militares. Associada desde sua origem ao Estado ditatorial, a empresa não estava preparada para dialogar com a oposição ao regime militar, qualquer que fosse. E com o Estado do Espírito Santo tinha um longo debate a ser feito, impróprio em tempos de ditadura, porém agora possível, a respeito dos poucos impostos arrecadados sobre as atividades da empresa em território capixaba.

A tributação pelo Estado e principalmente o recolhimento de ICMS e sua partilha entre os municípios era motivo de muito debate. No dia 19 de Março de 1992, uma reunião com 30 prefeitos de municípios capixabas realizada no plenarinho do parlamento estadual exigia mudanças no acordo firmado entre o Estado e a Aracruz Celulose S/A, acerca do débito de CR\$ 50 bilhões de ICMS e seu repasse para os municípios.²⁹ Sem diálogo com os poderes locais, a empresa era alvo das críticas dos prefeitos e parlamentares. O desemprego, a devastação ambiental, a falta de infra-estrutura urbana, a concentração de terras, a crise hídrica, todos esses impactos eram problemas municipais, cobrados pela população junto ao prefeito local, porém todo o processo decisório continuava sendo em Oslo, Brasília e, no máximo, Vitória.

Seguindo a hierarquia do poder verticalizado, os representantes do poder local chegavam tarde a esse diálogo com a Aracruz Celulose S/A. O governo do Estado, já em 1987 cobrava maior contrapartida das empresas, no desenvolvimento da infra-estrutura estadual. A Aracruz Celulose S/A, e seu projeto de expansão, era questionada pelo então secretário estadual de planejamento, Sr. Ricardo Santos, tecendo comparações entre os dois momentos, da

²⁸ Jornal A Gazeta, 09 de Maio de 1991.

²⁹ Jornal A Tribuna, 20 de Março de 1992.

primeira e segunda fábricas. À época, nas manchetes dos jornais: “ES quer que CST e ARACRUZ paguem infra-estrutura” e, três dias depois, “Aracruz rejeita hipótese de pagar infra-estrutura”.

*“O secretário informou ainda que, ao contrário do que ocorreu na década de 70 – quando do advento dos grandes projetos –, o Espírito Santo pedirá uma compensação maior por parte da União e das grandes empresas, para construir moradias, abrir novos acessos rododiferroviários, obras de saneamento básico e investimentos em saúde e segurança”.*³⁰

A abertura política exigia um diálogo mais profundo com os governos estaduais, uma verdadeira re-pactuação do mega-projeto junto à sociedade civil e política. A empresa, entretanto engatinhava nessa nova relação de poder, conforme a entrevista de seu presidente, rebatendo as considerações do secretário estadual de planejamento, sob o título “Aracruz rejeita hipótese de pagar infra-estrutura”:

“Existe um mecanismo chamado tributo, criado especialmente para contribuir com o Estado, para que suas atribuições de garantir a infra-estrutura à população sejam cumpridas. A Aracruz Celulose contribui com Cz\$10 milhões mensais de ICM...”

E ainda ameaçava o Estado:

*“... se não pode garantir a infra-estrutura com sua receita, há outros Estados que podem”.*³¹

Entretanto, não faltavam os benefícios e incentivos fiscais. O Estado oferecia o FUNRES – Fundo para Recuperação Econômica do Espírito Santo, constituído de recursos das empresas instaladas no estado que poderiam aplicar 33% do imposto de renda devido e

³⁰ Entrevista concedida ao Jornal A Gazeta, em 14 de Julho de 1987.

³¹ Entrevistas concedidas ao Jornal A Gazeta, 17 de Julho de 1987.

ainda 5% do ICMS a ser recolhido. Havia também a possibilidade de “postergação do ICMS”, por 6 meses, sem juros e sem correção monetária. Segundo um informativo publicado em jornal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, a postergação equivaleria, na prática, a uma redução de 66% no valor do ICMS a ser pago no final do prazo.³²

Ainda que barganhando com o Estado, a empresa passa a perceber que os grandes prêmios e o marketing verde internacional e o acesso a Brasília não eram mais suficientes para garantir todas as “contratações” necessárias para a segurança máxima do retorno dos investimentos. Seja na vizinhança de seu mega complexo industrial, seja ao longo de seus 130 mil hectares³³ de monocultura de eucalipto, no norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia, a empresa precisava negociar com os poderes públicos locais, pressionados por índios, pescadores, camponeses, quilombolas, trabalhadores do próprio complexo e algumas ongs, igrejas e pastorais.

Interessante observar que embora violando direitos fundamentais da população tradicional da região desde 1968, quando se iniciam os plantios, a empresa só vem a ser multada pela primeira vez, em 24 de Março de 1991, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, e justamente às vésperas da visita do príncipe Charles (UK).³⁴

Meses depois, em Setembro de 1991, nova manchete nos jornais: “*Seama multa e ameaça fechar a Aracruz Celulose*”. E foi a segunda multa, de CR\$ 704 mil, “por estar lançando efluentes líquidos sem tratamento e de forma clandestina no córrego do Engenho”.³⁵

³² Conforme propaganda do governo estadual “Governo Trabalhador”, Gazeta Mercantil, 04 de Junho de 1992.

³³ Conforme Jornal Gazeta Mercantil, 28 de Maio de 1991.

³⁴ Conforme Jornal A Gazeta, 23 de Abril de 1991. Essa primeira multa foi de CR\$ 600 mil e se referia a problemas técnicos no forno da fábrica, elevando a emissão de gases na atmosfera, quando a empresa realizava ajustes durante a fase de ampliação da fábrica.

³⁵ Jornal A Gazeta, 18 de Outubro de 1991.

A abertura política em si não significou um pleno processo de re-democratização do país. Quer dizer, o retorno a um funcionamento mínimo das instituições políticas republicanas (parlamento reaberto, eleições diretas para presidente, independência entre os poderes, direitos civis e políticos, fim da censura) não garantia a reversão da profunda desigualdade social do Brasil. Assim, a Aracruz Celulose S/A, concentradora de água e terra, de renda e de poder, jamais se viu ameaçada pelo processo de reabertura política, ainda que o novo contexto a tenha obrigado a negociar minimamente com o Estado e os poderes públicos locais.

A partir da década de 90 a empresa saberia encontrar caminhos de viabilização de seus projetos junto aos poderes públicos locais e regionais. O financiamento de campanhas políticas de parlamentares federais, estaduais e municipais, o apoio direto a campanhas para o poder executivo, em diversas prefeituras, também ao governo do Estado e mesmo à presidência da república,³⁶ tal como a construção de fóruns e espaços para o poder judiciário, recursos para sustentar pesquisas e teses nas universidades públicas e privadas. Mesmo algumas ongs e sindicatos de trabalhadores não deixaram de ter suas “cotas” de legitimação da poluição da Aracruz Celulose S/A, em “parcerias” para educação e preservação empresarial do meio ambiente, o chamado “ambiental-business”.

A Aracruz Celulose S/A inicia então um processo de atuação mais capilar junto à sociedade civil e política local. Já na terceira fábrica, muitos dos políticos e técnicos dos órgãos públicos que denunciavam a empresa nos anos de reabertura, estariam comemorando sua inauguração, com a presença de outro presidente: Fernando Henrique Cardoso.

³⁶ Segundo o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, nas eleições de 2002, a Aracruz Celulose S/A foi a segunda maior empresa a apoiar as campanhas para os parlamentos (federal e estadual) e também para o governo do Estado e presidência da República.

2.3. Mais água para a terceira fábrica – 2003.

Inaugurada no dia 02 de Agosto de 2003, a chamada “Fiberline C” é a terceira fábrica instalada na mesma região de Barra do Riacho, no Espírito Santo. Com uma capacidade produtiva de 700 mil toneladas de celulose/ano, a fábrica C realiza a meta total de 2 milhões de toneladas/ano, tão alardeada nos outdoors e banners e anúncios em jornais, através da publicidade empresarial. A expansão da empresa foi novamente resultado da orquestração dos tradicionais interessados na rentabilidade do empreendimento: Grupo Lorentzen à frente, com Jaakko Poyry Consulting, Voith Paper, Siemens, Kvaerner, Metso, ABB, Andritz-Ahlstrom. O BNDES, mais uma vez, financiou US\$ 435 milhões, de um total de US\$ 825 milhões de investimentos.³⁷

Hoje, o complexo industrial da Aracruz Celulose S/A, em Barra do Riacho, consome cerca de 250 mil metros cúbicos de água por dia.³⁸ Tal quantidade poderia abastecer uma cidade de 2 milhões e quinhentos mil habitantes, algo próximo de toda a região metropolitana de Vitória.³⁹ Um hiper-consumo, que ainda cresce. E no entanto, desde o início das operações da primeira fábrica, em 1978, que a Aracruz Celulose S/A nunca pagou nada pela apropriação e uso privado desse recurso coletivo. Se fosse água captada, tratada e distribuída pela CESAN (Companhia Estadual de Saneamento), pelo volume do consumo industrial, a conta de água da Aracruz Celulose seria de um valor semelhante a R\$16 milhões mensais!

Isso sem contar o consumo da unidade industrial de Guaíba, adquirida em 2003 da Riocell, S.A., no estado do Rio Grande do Sul, com capacidade para 400 mil toneladas de celulose/ano. E ainda a mais recente expansão da empresa, a Veracel Celulose, com capacidade de 900 mil toneladas/ano, uma joint-venture 50% Aracruz, 50% StoraEnso, inaugurada neste segundo semestre de 2005. Maior inves-

³⁷ FASE, “Agências de Crédito de Exportação, exportando a insustentabilidade. O caso Aracruz Celulose”. Espírito Santo, 2003. Esta publicação foi feita em parceria com a Campanha Finlandesa para a Reforma das Agências de Crédito de Exportação. Disponível em português, inglês, sueco e finlandês.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

timento privado feito no Brasil do presidente Lula, a Veracel Celulose foi financiada com recursos do Banco Nórdico de Investimento (NIB), do Banco Europeu de Investimento (EIB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Estado brasileiro.

A demanda por água nas fábricas da Aracruz Celulose S/A é compatível à sua posição de líder na oferta global de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto. Em 2004, a empresa foi responsável por 28% da oferta mundial do produto. Vendeu principalmente para Europa (41%) e América do Norte (34%).⁴⁰ A maior parte de sua celulose teve por destino final a produção de papéis sanitários (55%) e papéis especiais (22%), lenços de papel, papel toalha, papéis absorventes, produtos descartáveis, vendidos nos mercados do Norte, depois de processados por empresas como Proctor and Gamble e Kimberly-Clark, entre outras.⁴¹

Em seu *“Relatório Anual – 2004”*, a Aracruz Celulose S/A comemora um *“cenário econômico mais favorável”*, tendo em vista um aumento no consumo mundial de celulose de 6% ao ano, o dobro da média histórica. O mais recente mercado chinês e o aumento do consumo na Europa e América do Norte orientam uma nova meta pra 2006. A Aracruz pretende produzir 32% da celulose de fibra curta de todo o planeta.⁴² Uma nova fábrica já está sendo planejada. Quanto maior o consumo de papel no Norte, mais otimismo, pois mais produção e lucro, assim indefinidamente, diminuindo ou, se possível, externalizando seus custos. É a lógica da empresa, conforme seu *Relatório Anual 2004*:

“O objetivo estratégico da Aracruz é ampliar sua participação no mercado global de celulose de fibra curta nos próximos anos, e se manter entre as empresas com mais baixo custo de produção do

⁴⁰ Aracruz Celulose, Relatório Anual 2004.

⁴¹ Vide Campanha da ong RobinWood, na Alemanha, contra o consumo de produtos descartáveis das duas empresas, Kymberly-Clark e Proctor&Gamble, responsáveis por 45% das vendas da Aracruz. www.robinwood.ge

⁴² Aracruz Celulose, Relatório Anual 2004.

setor no mundo, adicionando valor para os acionistas e demais interessados na Companhia.”

No sobre-valor dos acionistas e demais interessados não tem sido debitada a conta d'água, desde a fábrica de 1978, ao contrário da vizinhança, que paga pelo consumo doméstico familiar (quando tem água encanada) ou compra água mineral captada e engarrafada longe dos eucaliptais e da indústria. Isso para quem pode, pois, para quem não pode, há sempre uma última alternativa, a “*alternativa infernal*”, qual seja: arriscar-se nos rios e córregos e lagos que ainda restam na região.

Hoje, os rios e córregos de seu Abdon já não são suficientes para tamanha escala de consumo industrial. Outros recursos hídricos vêm sendo requisitados para garantir o reservatório de abastecimento, e principalmente a expansão da indústria da celulose, ainda que tenham de ser desviados a distâncias cada vez maiores em relação às fábricas, afetando mais populações e bacias hídricas. É o caso do Canal Caboclo Bernardo. Desde sua abertura, para abastecer a terceira fábrica, a Aldeia Indígena Tupinikim de Comboios, foi diretamente impactada – na criação de gado, na agricultura de várzea, na pesca do camarão. As famílias indígenas da aldeia já não fazem mais uso da água do Rio Comboios para beber, nem banhar-se, nem sequer para lavar roupa. Um conflito atual, em pleno processo, que será abordado mais adiante, entre os casos concretos de conflitos.

Desaparecem os córregos e rios, ribeirões, lagos e lagoas, e entram em cena os canais e reservatórios, as barragens, elevatórias e comportas. Apropriada pela empresa, a água é resignificada em seu uso industrial.

A água reclamada pelos índios de Comboios e pelos pescadores de Barra do Riacho abastece hoje os três reservatórios artificiais do complexo industrial da Aracruz: o Reservatório Águas Claras, o Reservatório Pavor e o Reservatório Santa Joana.⁴³ Desviando rios e córregos e se alimentando das bacias hídricas do Rio Riacho, do Rio

⁴³ Conforme CEPEMAR, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA Fiberline C – Relatório técnico, 1999.

Gimuhuna e do Rio Doce, a empresa bombeia toda essa água para sua Estação de Tratamento de Água (ETA), pois a água reclamada pelo processo industrial não pode ser consumida imediatamente, tal como é apropriada junto aos rios. Deve ser tratada pela empresa, ao contrário das águas naturais da população que habita o entorno industrial, poluídas para o consumo humano.

Hoje, nas cercanias das três fábricas, um novo vocabulário re-nomeia e re-significa todo o território. Se nas populações tradicionais rurais os verbos conjugados com a água eram – beber, pescar, nadar, lavar, brincar, transportar, batizar; hoje a empresa conjuga outros verbos, com a mesma água: desviar, armazenar, branquear, caustificar, depurar, secar, deslignificar, enfardar, evaporar. Também entre os substantivos, uma nova nomeação. Desaparecem os córregos e rios, ribeirões, lagos e lagoas, e entram em cena os canais e reservatórios, as barragens, elevatórias e comportas. Apropriada pela empresa, a água é re-significada em seu uso industrial. Não se trata mais de água, recurso de uso coletivo, associado à segurança alimentar e a tantos ritos sociais. Para a empresa e seu uso privado, o que importa é o H₂O.



3. ÁGUA E MONOCULTURA DO EUCALIPTO.

3.1. Publicidade e Discurso Científico.

A pesquisa da verdade adequada ao interesse da Aracruz Celulose S/A.

A monocultura em larga escala do eucalipto de rápido crescimento seca a terra?

Apoiada em sua pesquisa, no Espírito Santo, no município de Aracruz, através de um recorte dentro de uma micro-bacia específica, a empresa sustenta a tese da “*semelhança*” entre o consumo de água em seus maciços de eucalipto e na mata nativa da região: a Mata Atlântica. Aqui é hora de se retomar analiticamente o enunciado da ciência empresarial e a tese que ele sustenta.

“o consumo de água pelos plantios de eucalipto é semelhante ao da floresta nativa”.

No texto da empresa, o sentido da “*semelhança*” se restringe apenas à mensuração do consumo de água. O aspecto quantitativo, com o uso de complexas técnicas e instrumentos de mensuração, parece desvelar um resultado exato, um quantum preciso, objetivo. Entretanto, não é esse o caso.

O próprio termo “*semelhante*” deixa implícito um cálculo por aproximação, não exato nem preciso. Calcula-se o consumo de água – sob determinadas condições temporais e espaciais, algumas de difícil controle e previsibilidade, como o clima da região, a quantidade e disposição das chuvas, do sol, dos ventos, das nuvens, e todo um conjunto de elementos em profunda e contínua transfor-



Contraste entre a Mata Atlântica e a monocultura do eucalipto.

mação, principalmente com a intensificação do fenômeno do aquecimento global.⁴⁴ O cálculo é então aproximativo, e o termo “*semelhança*”, na falta de outro (mais potente) e “metodologicamente sustentável”, acabou sendo o mais conveniente para os interesses publicitários da empresa. Haja metodologia científica para controlar as hipóteses, manejar as variáveis e o objeto de pesquisa, até poder afirmar essa “*semelhança*”!

Mas a tese da ciência empresarial não se limita a disciplinar os números, através de métodos publicitariamente definidos. A tese da “*semelhança*” agride sobretudo a realidade, tal como experimentada pelas populações tradicionais do Espírito Santo, nas últimas três décadas, desde a substituição da Mata Atlântica pela monocultura do eucalipto.

⁴⁴ Vide Cartilha “Mercado de Carbono. Privatização do Ar.” FASE-ES/SinksWatch, 2005.

Habitante da comunidade quilombola do Divino Espírito Santo, no município de São Mateus, ao Norte do Espírito Santo, o Sr. Domingos da Penha descreve sua experiência de vida:

“Moro aqui há mais de 50 anos. Pra quem viu, nessa idade que eu tenho, agente vê uma diferença muito muito grande. Principalmente na época que estão plantando eles molham direto. É muito carro pipa. É muita água. Os caminhões vêm, abastecem aqui e levam pros tratores, pra regar pé por pé. Muitas nascentes já morreram. Onde tem mata, elas não morrem. O Córrego que mais sentiu foi o Córrego Grande, de um lado e de outro, desde a cabeceira, é eucalipto puro. Toda a comunidade usava lá antes. A água hoje parece que fica grossa. Antes, agente via piabinha. Hoje está tudo preto. A pesca acabou quase toda. O Rio Preto, o Córrego Grande, agora só tem água mesmo em período chuvoso. Em período mais seco, seca mesmo. Nos primeiros plantios eles iam até a beira desse Córrego do Cabua. Pássaro, escasseou mais. Caça, foi tudo embora. Tinha tatu, paca, veado, hoje em dia minhas crianças nem conhecem. Os 3 mais velhos ainda lembram, pois viram; agora os mais novos nem conhecem.”

A mesma dessemelhança foi experimentada há mais de 200 km dali, na Aldeia indígena tupinikim de Caieiras Velha, no município de Aracruz. A índia tupinikim Sra. Helena narra sua experiência pré e pós eucalipto:

“Antes era bonito. Nunca tínhamos visto essas máquinas, quando ela chegou aqui, derrubando os pau, tudo foi caindo. Aí foi todo mundo pra lá ver os paus caindo. Pra nós, todo mundo era simples né. Pra nós era uma coisa que ia ser melhor pra nós. Mas sabemos que ela veio para destruir a nossa natureza, tirar nossa terra, nossa madei-

ra. Eu e meu marido vivia mais assim de caça, pescava, tinha fatura dentro de casa, muito peixe, muita caça. Assim que nós vivia. E agora, depois que a Aracruz veio, já veio trazendo problema. Aí já faltou a água. Nós pegava água, com lata d'água, pote, botava nas costas. Depois já foi acabando a água. E ficávamos na boca do poço, esperando água, esperando água, parece que o eucalipto foi puxando água. E já foi acabando a água pra nós. Depois eles puxaram água pra nós, mas temos de pagar a água."

Diante das narrativas de índios e quilombolas que conviveram com a Mata Atlântica, se desfaz toda e qualquer semelhança entre a mata nativa e a monocultura do eucalipto. Uma outra ciência empresarial será necessária para apagar a memória de gerações ainda vivas, solapando as lembranças de rios e córregos, drenando uma infinita gama de diferenças até impor a semelhança. Para isso, a Aracruz Celulose precisa re-escrever a história e, mais que isso, convencer toda uma sociedade rebelada em seu entorno, sem água, sem terra, sem mata, sem trabalho. A estratégia empresarial é clara: trata de apoiar e financiar pesquisas no sentido de promoverem uma "des-exotificação" do eucalipto, pesquisas que sustentem sua monocultura como "ambientalmente adequada" em uma região originalmente de Mata Atlântica. Ao contrário do que se passa com os órgãos públicos e principalmente com a universidade pública no Espírito Santo, para as pesquisas de interesse da Aracruz Celulose, nunca faltaram recursos. Quanto foi necessário investir até poder afirmar a tese da semelhança? Sob que níveis de subordinação da independência científica?

Neste aspecto, a pesquisa científico-empresarial da Aracruz Celulose caminha a passos largos para a defesa das árvores geneticamente modificadas. Ainda em 1998, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, a empresa foi uma das primeiras a conseguir licença para experimentos genéticos com o eucalipto. Em 2003, na cidade de Estocolmo, Suécia, grandes empresas do setor de papel e celulose participaram de um encontro sobre biotecnologia flores-

tal, o chamado projeto “Iniciativa Genoma do Eucalipto”. Lá estavam os interesses da Aracruz Celulose, da Suzano, Mondi, Stora Enso, Nippon Paper, Sappi, ArborGen e Oji.⁴⁵ Para Lang, trata-se de “um passo adiante, na direção errada”:

*“É provável que as árvores geneticamente modificadas, para que cresçam rápido, consumam ainda mais água que as árvores que atualmente se utilizam nas plantações florestais industriais, o que levará a mais rios e riachos secos, a uma maior descida dos lençóis freáticos e a mais poços secos”.*⁴⁶



⁴⁵ LANG, Chris. “Árvores Geneticamente Modificadas. A ameaça definitiva para as florestas”. Amigos da Terra e WRM. Amsterdã, 2004.

⁴⁶ Idem, p. 21.

3.2. Outras ciências, verdades, interesses.

Casos na África do Sul, na Índia, Chile, Tailândia e Brasil.

A monocultura do eucalipto em larga escala e rápido crescimento seca a terra?

Aparte a tese sustentada pela Aracruz Celulose, em diversos biomas, em diferentes países e continentes, um outro saber tem se consolidado a respeito dos impactos das monoculturas em larga escala de eucalipto de rápido crescimento sobre os recursos hídricos.

É o caso da África do Sul, onde existem mais de 70 áreas de pesquisa, a primeira datada de 1936, sobre o impacto das plantações comerciais nas fontes de água. Segundo Harald Witt:

“Na África do Sul durante muitos anos concordamos que as plantações de árvores comerciais, que consistem basicamente de pinheiros ou eucaliptos, tiveram um impacto no suprimento de águas. Isso não é mais uma discussão. Até a indústria concorda que há um impacto no suprimento de águas.” E ainda: “Em nosso país, então, o debate sobre se as árvores usam muita água ou não já é passado. Todo mundo concorda que sim, que usa muita água”.⁴⁷

Também na Índia, a crítica à expansão da monocultura do eucalipto tem se concentrado nos impactos sobre os recursos hídricos. Segundo Vandana Shiva e J. Bandyopadhyay:

“Em todo o país, há relatórios disponíveis sobre a rápida destruição dos recursos hídricos como consequência do plantio, em grande escala, do Eucalipto. Sunderlal Bahuguna registrou a seguin-

⁴⁷ “O Eucalipto e a Água: Verdade ou Falácia”. Palestra do Dr. Harald Witt, durante o Seminário Internacional sobre Eucalipto e seus Impactos. Vitória, Agosto/2001.

te declaração de um veterano guarda florestal da Nainital Tarai de Uttar Pradesh: Derrubamos florestas naturais heterogêneas desta área e plantamos Eucalipto. Nossos poços manuais secaram, já que a capacidade de água baixou. Nós cometemos um pecado”.⁴⁸

E ainda analisam dois outros casos de impacto do eucalipto sobre a água, tanto nas áreas tribais de Bihar e Bengala Ocidental, como nas aldeias de Barka e Holahalli, no distrito de Tumkur, estado de Karnataka. O Movimento Mundial de Florestas (WRM), em seu boletim, narra outros conflitos ambientais envolvendo plantações de eucalipto e comunidades tradicionais, no Chile,⁴⁹ na Tailândia.⁵⁰

Em indiano, tailandês, espanhol, inglês, português, guarani, as plantações industriais de eucalipto são experimentadas como destruidoras das águas.

No Brasil, no Cerrado do Norte de Minas Gerais, nas regiões de Curvelo e Montes Claros, os impactos da monocultura do eucalipto sobre os recursos hídricos têm afetado diretamente a

vida do campesinato regional, composto por geraiszeiros e varzeageiros.⁵¹ Também no Maranhão, na região de Varjão dos Crenes, os plantios de eucalipto da CELMAR são narrados como impactantes da água na região.⁵²

Em indiano, tailandês, espanhol, inglês, português, guarani, as plantações industriais de eucalipto são experimentadas como destruidoras das águas. Em vários continentes, biomas, países e línguas, diferentes povos têm denunciado a monocultura em larga escala do eucalipto

⁴⁸ SHIVA, Vandana; BANDYOPADHYAY, J. “Inventário Ecológico sobre o Cultivo do Eucalipto”. Comissão Pastoral da Terra, CPT/Minas Gerais. Belo Horizonte, 1991.

⁴⁹ Chile: more than scientific evidence on plantations’ impacts. Bulletin WRM no. 22; April 1999.

⁵⁰ Thailand: Eucalyptus, encroachment, deforestation and pollution linked to pulp and paper company. WRM bulletin no. 70, May 2003.

⁵¹ Vide “Certificando o Incertificável”. Relatório crítico à certificação FSC de duas empresas de siderurgia em Minas Gerais: Valourec-Mannesmann e Plantar S/A.

⁵² FERREIRA de SOUZA, M.M. “A implantação da indústria de celulose no Maranhão. CELMAR na Região Tocantina”. UFMA/CPT Relatórios de Pesquisa. São Luís, 1995.

de rápido crescimento pelas crises hídricas, pelo desaparecimento de seus rios e córregos, pela contaminação de suas águas. Por que somente no entorno das plantações da Aracruz Celulose a sociedade civil não teria fundamento em nenhuma de suas críticas e interpretações?

A monocultura do eucalipto em larga escala e rápido crescimento seca a terra? Qual a verdade? Qual teu interesse?

3.3. A problemática da monocultura da Aracruz Celulose S/A.

A crise hídrica no Norte do Estado do Espírito Santo.

No Espírito Santo as plantações de eucalipto em larga escala – principalmente das espécies *Urophylla* e *Grandha* – já vinham ocorrendo desde os últimos anos da década de 60, substituindo a Floresta Atlântica.

No relatório de 1978, a empresa já se dizia “*auto-suficiente*” em madeira, com uma “*área líquida plantada de 58.434 ha.*”, “*94.195.792 mudas*”. A fibra curta do eucalipto já estava assegurada, em idade de corte.⁵³

Números que a Aracruz Celulose S/A jamais deixou transparecer, parte significativa desses plantios foram feitos sobre terras “devolutas”, isto é, terras da União, terras comunais, ocupadas tradicionalmente por camponeses, indígenas e quilombolas, a maior parte sem registro formal de propriedade.

Somente nas áreas indígenas, o advogado ambientalista Sebastião Ribeiro cita o relatório técnico do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Espírito Santo (ITUFES):

“Através da análise de fotos aéreas obtidas em 1970/71, verificou-se que pelo menos 30% da su-

⁵³ Aracruz Celulose S/A, Relatório Administrativo 1978.

*perfície do Município de Aracruz era coberta por floresta nativa no início da década de 70, que foram substituídas por florestas homogêneas de eucalipto para a ARFLO”.*⁵⁴

As áreas originalmente quilombolas estavam justamente na região do Sapê do Norte, nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, onde a Aracruz Celulose S/A, segundo seu relatório de 1978, “incorporou” 30 mil hectares, adquiridos da Vera Cruz Agroflorestal S/A, já plantados de eucalipto. Essa Vera Cruz Agroflorestal é o primeiro embrião da atual Veracel Celulose S/A, inaugurada por Lula da Silva em 28 de Setembro de 2005, sob forte pressão dos índios pataxós e dos trabalhadores rurais sem terra do extremo sul do Estado da Bahia.⁵⁵ A organização não governamental CEPEDES, sediada em Eunápolis tem documentos fotográficos e filmagens dessa “Vera - cruz/cel”, com seus tratores, devastando a Mata Atlântica do extremo sul da Bahia, desde o início dos anos 90.

No Norte do Espírito Santo o Arcebispo Dom Aldo Gerna, da Diocese de São Mateus, protestava contra os plantios de eucalipto, defendidos pelo governador do Estado:

*“Sei por experiência vivida aqui que a chegada de mais eucaliptos vai tornar significativamente pior o quadro da exploração já existente. Discordo das declarações do governador, pois o Norte do Estado precisa é de mais empregos e terra para todos”.*⁵⁶

⁵⁴ RIBEIRO, Sebastião. Ação Civil Pública contra a Aracruz Celulose (2003).

⁵⁵ Segundo o Conselho Indigenista Missionário CIMI, equipe extremo sul da Bahia: “A comunidade Pataxó há muito tempo vem denunciando a invasão de suas terras por empresas de celulose. Segundo lideranças indígenas, homens da Veracel estão destruindo plantas nativas, coqueirais, mudando o relevo da terra e atingindo as fontes de água. “Em muitos pontos o veneno não distancia 2 metros das casas da aldeia. A 100 metros do local que está sendo preparado, fica a única fonte de abastecimento de água, usada por toda a comunidade. As crianças e as criações estão em contato direto com o veneno”. Informe por email da Frente Pataxó, Setembro 2005.

⁵⁶ “Arcebispo protesta contra mais plantio de eucalipto”. Jornal A Gazeta, 26 de Fevereiro de 1987.

Em Conceição da Barra onde se concentram a maior parte das comunidades quilombolas, o então presidente do Sindicato Rural Patronal do município, Sr. Vicente Barbosa da Fonseca, denunciava a crise regional e a possibilidade de desertificação:

*“Até quatro anos atrás, o Sindicato Rural que abriga os produtores tinha mais de 400 associados e hoje esse número não chega a 180. Só isso basta para provar que as grandes empresas acabaram com as pequenas e médias propriedades e, em lugar de mandioca, abóbora e dezenas de outros produtos, só existe o eucalipto formando grandes florestas, sem sequer cobras e pássaros, que não conseguem sobreviver nessas matas”.*⁵⁷

Nas áreas rurais do Espírito Santo, esse período é conhecido como o de maior concentração de terras, principalmente no Norte do estado. Segundo uma outra historiografia:

“Foi entre as décadas de 70 e 80 que se observou um significativo crescimento da concentração de terras no Estado, especialmente na região Norte. Somados os estabelecimentos rurais dos municípios de Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Pinheiro e Montanha, observa-se que de 10.566 estabelecimentos em 1970, a região passou a ter 7.681 propriedades. Na análise, por grupo, de área, observa-se a distorção quando as propriedades com menos de 100 hectares, que ocupavam uma área de 34,8% em 1970 dos municípios, caiu para 21,4% em 1980, enquanto que as propriedades com mais de mil hectares, que ocupavam 16% da área em 1970, passaram para 35,1% em 1980 e aquelas com mais de 10 mil hectares passaram de uma ocu-

⁵⁷ Entrevista concedida ao Jornal A Gazeta, em 12 de Maio de 1988. “Norte do Estado pode virar um deserto”.

*pação de 3,8% das áreas daqueles municípios, em 1970, para 13% em 1980”.*⁵⁸

A expansão do latifúndio monocultor tem relação direta com o desmatamento da mata nativa e, em seqüência, com a grave crise hídrica da região Norte. Na expansão dos plantios industriais para abastecer a segunda fábrica da empresa, o debate da água era um dos temas centrais. Na sociedade civil e no parlamento capixabas, os plantios de eucalipto da Aracruz Celulose S/A eram questionados, como um dos principais responsáveis pela seca no Norte do Estado. Conforme texto publicado em 1993 sobre a Mata Atlântica no Espírito Santo, o biólogo e então superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, Sr. João Paulo Capobianco afirmava:

*“Mais da metade do desmatamento do Estado – precisamente 63% - se concentram nas cartas de São Mateus e Linhares, regiões que possuem menos do que 40% das matas nativas do Espírito Santo. Nestes locais, onde grandes áreas foram desmatadas para dar lugar aos reflorestamentos homogêneos, às pastagens e aos plantios de cana de açúcar, agravam-se os problemas de erosão e abastecimento. Estudos publicados em 1988 pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, informavam o desaparecimento de aproximadamente uma centena de córregos no Norte do Estado, com situação especialmente grave em São Mateus”.*⁵⁹

Também no parlamento estadual capixaba, o primeiro eleito ao final da ditadura (1984), a expansão da Aracruz Celulose S/A era criticada por parlamentares da oposição ao regime militar, notadamente pelos deputados estaduais João Coser (PT), Ângelo Moschen (PT) e Paulo Hartung (PMDB) e pelo deputado federal constituinte Vítor Buaziz (PT).

⁵⁸ Artigo Jornal A Gazeta “Em 1920, o início da exploração”, 26 de Outubro de 1986.

⁵⁹ COBIANCO, J. Paulo. Artigo “A Mata Atlântica no Espírito Santo”, Jornal A Gazeta, 21 de Fevereiro de 1993.

Questionavam o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) que avaliava a segunda fábrica da empresa. Questionavam sobretudo o Estado e suas Secretarias estaduais de Saúde e Meio Ambiente, e sua clara incapacidade em fiscalizar a atuação da Aracruz Celulose no cumprimento dos condicionantes do RIMA. Acusavam a empresa pelo desaparecimento de rios e córregos em meio ao eucaliptal, no Norte do Espírito Santo. Na época, os parlamentares se baseavam em um relatório de impacto ambiental elaborado por técnicos do Departamento Ambiental da Secretaria de Saúde:

*“sobre as conseqüências do crescimento da empresa (Aracruz Celulose S/A), que denuncia a morte de seis rios no Norte do Estado e a previsão de que mais 60 vão morrer nos próximos anos”.*⁶⁰

A oposição ao regime militar, fortalecida nas urnas, e o próprio governador eleito do Estado, Sr. Max Mauro provocavam um amplo debate público contra a empresa. Segundo o Jornal A Gazeta, de 13 de Março de 1987,

*“em recente encontro com diretores da Aracruz Celulose, o governador eleito Max Mauro, segundo dirigentes do PMDB, bateu na mesa e afirmou que a empresa não plantará mais um pé de eucalipto no Norte do Estado, região que mais vem sofrendo com o desmatamento de florestas nativas desde a década de 60”.*⁶¹

Entretanto, a empresa soube esperar a passagem do breve fôlego crítico do processo de democratização e de seus representantes no parlamento. Pouco mais de uma década depois, a partir do final dos 90, a maior parte dos críticos estaria na inauguração da terceira fábrica, apoiando o novo processo de expansão dos eucaliptais da empresa, e sendo por ela apoiados em suas campanhas políticas para os parlamentos e executivos estaduais e federal.

⁶⁰ Conforme Jornal A Gazeta, 13 de Março de 1987.

⁶¹ Jornal A Gazeta, 13 de Março de 1987. Matéria “Expansão da Aracruz é criticada”.

Hoje, com a terceira fábrica em operação desde 2003, e com projeto de expansão de uma quarta fábrica, a Aracruz Celulose S/A possui mais de 175 mil hectares de plantios homogêneos de eucalipto no Norte do Espírito Santo e extremo Sul da Bahia. Segundo o Governador Paulo Hartung, o Estado e a empresa estão unidos na expectativa de ampliação dos plantios em cerca de 200 mil hectares nos próximos 5 anos.



Protesto em frente à fábrica da Aracruz Celulose.

Nos viveiros, onde são produzidas as mudas clonadas, também é grande o uso de água, e o relatório da empresa destaca um consumo total de 56 milhões de mudas, plantadas apenas em 2004.⁶² Sobre o viveiro de mudas, no site da Aracruz:

⁶² Aracruz Celulose S/A, Relatório Anual 2004.

“Nas casas de sombra, as mudas permanecem por aproximadamente 35 dias. Durante este período é feita a catagem das folhas e/ou mudas mortas. A irrigação é intermitente, controlada por uma unidade de controle de irrigação. Até o início da emissão de raízes e brotações é importante que a umidade relativa do ambiente esteja próxima a 100%. Após saírem da casa de sombra, as mudas aguardam seleção nas praças, onde recebem irrigação diariamente, pois é importante que o substrato permaneça sempre úmido”.

O que representa e significa a água no conjunto de operações industriais e nas monoculturas de eucalipto da Aracruz Celulose S/A? De quem e para que é requisitada, e em que condições a água retorna ao meio ambiente? Como a empresa se apropria e faz uso desse recurso? Em quais processos? Em que quantidades? Quanto paga por isso? As questões permanecem, sem nenhuma resposta razoável por parte da empresa.

4. A GOTA D'ÁGUA.

Conflitos e resistência na sociedade civil.

4.1. Quilombolas do Sapê do Norte – água à míngua

Cricaré. São Domingos. Angelim. Santana. Preto. Córrego do Sertão. Grande. Cearense. Tabua. Macuco, Juerama, Itaúnas, Piabas, Bentinho, Aimirim, Sapucaia, Sapato, Caboclo, Santa Rita, Águas Claras, Chiado, Palmito, Roda d'Água, Banburrall, Volta Escura.

Nas margens destes rios e córregos, nos atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no Norte do Espírito Santo, inúmeras famílias afro-descendentes foram constituindo moradias e núcleos de quilombos. Fugiam dos escravismo colonial e pós-colonial, buscando a alforria, ainda antes da tardia abolição da escravidão no Brasil, em 1888. Os ancestrais dos atuais quilombolas do Sapê do Norte fizeram um mesmo percurso, chegando pelo Oceano Atlântico e subindo o rio Cricaré, desde a foz até o porto de São Mateus, onde eram negociados como escravos. Nestas comunidades negras rurais, os ex-escravos eram livres para definir o seu modo de vida e produção, distantes dos centros de poder branco e protegidos por densa Floresta Atlântica.

Cricaré. São Domingos. Angelim. Santana. Preto. Sertão. Grande. Cearense. Tabua. Macuco, Juerama, Itaúnas, Piabas, Bentinho, Aimirim, Sapucaia, Sapato, Caboclo, Santa Rita, Águas Claras, Chiado, Palmito, Roda d'Água, Banburrall, Volta Escura.

Deles se abasteceram Negro Rugério, Benedito Meia Léguas, Constância de Angola, Clara Maria do Rosário, Zacimba Gaba e tantos outros heróis, heroínas e líderes revolucionários negros e negras do século XVIII e XIX, que lutaram contra o sistema

escravocrata – cruel a ponto de marcar os negros à ferro, como bois, com o nome daqueles que o adquiriam e passavam a ser seus donos. Até hoje, as narrativas conservadas em letras de congo, ca-poeira, jongo e ticumbi contam os inúmeros castigos e sacrifícios que eram impostos aos negros afro-descendentes.

Cricaré. São Domingos. Angelim. Santana. Preto. Sertão. Grande. Cearense. Tabua. Macuco, Juerama, Itaúnas, Piabas, Bentinho, Aimirim, Sapucaia, Sapato, Caboclo, Santa Rita, Águas Claras, Chido, Palmito, Roda d'Água, Banburral, Volta Escura.

Ainda hoje, nestes mesmos rios e córregos, resistem 32 comunidades quilombolas. Não faz muito tempo, por volta de três décadas, ainda eram usados por Domingos e Domingas, Beneditos e Beneditas, Severinos e Severinas; neles as atuais lideranças da Comissão Quilombola aprenderam a nadar, a pescar, a remar. Seus filhos e netos entretanto já não têm a mesma chance e, preocupados com o futuro, indignados com o presente e saudosos do passado, se organizam para a reconquista de seus territórios.

Agora encurralados (ainda como bois?) pelo eucaliptal que cobre cerca de 70% do município de Conceição da Barra e mais de 50 mil hectares somente em São Mateus, resistem ao neoescravidão que Aracruz Celulose os impõe, de diferentes formas. Separa as famílias e força a saída da terra, por isolamento ou insuficiência de terra; priva-os de seus costumes, segurança alimentar, ritos e artesanatos, ligados diretamente à Floresta Atlântica, desmatada; sacrifica a agricultura familiar, fomentando o eucalipto; persegue e reprime carvoeiros, coletores e pescadores, com sua milícia armada, a VISEL.

Das 10 mil famílias que ocupavam aquele território norte do Espírito Santo antes da Aracruz chegar, 1500 permaneceram na terra e enfrentam grandes desafios de sobrevivência. A água, antes abundante, está escassa e disputam cada gota com o exército de eucalipto que os imprensou por 175 mil hectares de terra. A monocultura de eucalipto, sedenta, consumiu e/ou poluiu grande

parte dos rios córregos do Sapê do Norte, e isso a tal ponto que a região recebe recursos federais para o “semi-árido”, justamente onde predominava a Mata Atlântica.

Lavar roupa, nadar, navegar, pescar e beber são recordações que os rios deixaram para aqueles que hoje estão lutando para reaverem suas terras e melhorarem as suas condições de vida. Relembrem muitas histórias d’água, exigindo dos ouvintes um esforço em imaginar aqueles leitos que agora estão praticamente secos, repletos há 15, 20 anos atrás. Segundo Kátia Penha, 25 anos, moradora da Comunidade do Divino Espírito Santo, em São Mateus, e liderança da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, seu Córrego do Tabua era de uso constante para sua família.

“Aqui agente pescava, tomava banho, lavava roupas e vasilhas. Toda nossa água vinha daqui, desde os pais e avós de meus pais. Tinha mata, caça, cipós, remédios e muitas trilhas. Quem vê hoje nem pensa que aqui é o mesmo rio! Tudo eucalipto, dos dois lados. Nem dá mais peixe, nem nada. Primeiro plantaram até a beirada do córrego, até a beiradinha mesmo, depois recuaram um pouco, mas assim mesmo quem hoje bebe ou usa dessa água? Ninguém”.

É trágico o espetáculo da destruição dos rios e córregos do Sapê do Norte. Com plantios de eucaliptos em locais tão inapropriados, como as áreas de preservação permanente, nascentes e beira de rios, fica evidente o protagonismo da Aracruz Celulose neste cenário. Fiscalização? Contra a Aracruz Celulose não existe, a não ser dos próprios negros e negras indignadas e resistentes.

Altiane Blandino, 35 anos, quilombola da comunidade de São Domingos, em Conceição da Barra narra em detalhes as práticas insustentáveis do manejo da Aracruz Celulose e de suas empreiteiras sub-contratadas para o plantio e para a aplicação de fertilizantes e agrotóxicos no eucaliptal.

“Plantam em qualquer lugar. Aqui mesmo por São Domingos, lugares onde passavam córregos antigamente, hoje tem eucalipto em cima e só um filete d’água todo contaminado pelos venenos que a empresa usa nas plantações, principalmente um tal de Scout. Os pequenos córregos que caem no Juerama e no São Domingos, em Conceição da Barra, estão quase todos tomados de eucalipto de todos os lados e mesmo dentro deles tem eucalipto, porque eles plantam por exemplo no período da seca e então, quando vêm as chuvas, as nascentes e os córregos reaparecem, tudo coberto pelos eucaliptos da Aracruz. A empresa diz que eucalipto não seca, mas foi dessa maneira que eles foram acabando com os rios tudinho daqui da região.”

Também da qualidade da água, se queixam os quilombolas. Ninguém mais se aventura a beber dos córregos e rios, como faziam antes da Aracruz plantar eucalipto por ali. A água para consumo doméstico vem, em geral, de poços bastante profundos sem tratamento adequado. Diversos casos de doenças são atribuídos à ingestão de água.

“Dá para ver a diferença de cor e consistência da água de rios onde o eucalipto está plantado ao redor e onde não está. A água é bem mais avermelhada e densa quando o eucalipto está próximo e mais leve e transparente quando não tem eucalipto”, observa Kátia Penha na sua comunidade de Divino Espírito Santo, em São Mateus.

Alguns rios e córregos também foram estrangulados pela grande incidência de manilhas, instaladas para viabilizar a construção de uma extensa malha de estradas por onde trafegam, sobretudo carretas com as toras de eucalipto. Estas manilhas não suportam o regime das águas, ora por ficar entupidas e barrar o fluxo dos rios, ora pela insuficiência da passagem em época de cheia. De qualquer modo, um obstáculo ao curso d’água.

O maquinário pesado⁶³ tido como tão eficiente para o corte, picotagem e empilhamento da madeira em tempo recorde é também um impacto para a situação hídrica da região. O seu peso comprime o solo dificultando a absorção da água da chuva. Com o campo nu após o corte, a chuva carrega então a terra para os rios, em grande parte desprotegidos de mata ciliares, provocando o assoreamento dos mesmos.



Trator retirando as madeiras.

E ainda da exígua água que resta, as empreiteiras subcontratadas pela Aracruz abastecem seus caminhões pipas para irrigar, eventualmente, os novos plantios de eucalipto em tempos de estiagem ou aplicações de insumos químicos. Enquanto isso os persistentes plantios quilombolas não recebem este mesmo tratamento e cada vez mais, sobreviver da agricultura tem sido uma árdua tarefa. Conforme Elda Maria dos Santos, quilombola da comunidade de Linharinho, em Conceição da Barra:

⁶³ Importado da Suécia, este maquinário substituiu o trabalho de muitos motosserristas por um operador de máquinas altamente especializado. Calcula-se que 2940 trabalhadores foram demitidos com a mecanização do corte. Vide publicação "Promessas de emprego e destruição de trabalho". FASE-ES/WRM, 2005.

“Sempre vivemos produzindo farinha e beiju, que era nossa fonte de renda. Agora tá muito difícil para plantar mandioca. A terra aqui é pouca, as famílias crescem e estamos totalmente cercados por eucalipto de todos os lados. A Aracruz Celulose vem até aqui na comunidade e até o Banco Mundial tenta fazer contato, e vêm oferecer projetos de aumentar a farinheira e coisa e tal, mas digo pra eles que o que falta é a terra para agricultura.”

Desde Julho de 2005 que os quilombolas do Sapê do Norte se organizaram em uma comissão para reivindicar seus direitos. Segundo Domingos Firminiano, 45 anos, morador da comunidade de Angelim e liderança da Comissão Quilombola:

“A Aracruz Celulose é responsável pela situação difícil que vivemos hoje, mas nós vamos lutar para ter nossas terras, rios e matas de volta. Queremos o que é nosso por direito tradicional de uso e posse. Em Conceição da Barra e São Mateus estamos dialogando e organizando as 32 comunidades, de forma que todas tenham representantes na Comissão Quilombola do Sapê do Norte. Segundo as pesquisas de identificação dos territórios quilombolas que vêm sendo realizadas pelo INCRA (Instituto Nacional da Reforma Agrária) e pela Universidade Federal do Espírito Santo, os negros daqui, nossos antepassados, ocupavam por volta de 200 mil hectares de terra no Norte do Espírito Santo. Estamos acionando o Ministério Público Federal e a 6ª Câmara em Brasília, ao mesmo tempo em que realizamos mobilizações locais. A Aracruz Celulose sabe que nos tomou essas terras se aproveitando dos tempos de ditadura militar. Vamos lutar por nosso território de volta”.



*1 Grito pelo Território Quilombola,
novembro de 2005.*

Comissão Quilombola das Comunidades Rurais do Sapê do Norte

Nós quilombolas, negros e negras, que construímos o patrimônio brasileiro e vivemos neste território desde o tempo em que nossos antepassados aqui chegaram, estamos conscientes de que o nosso direito está garantido de acordo com o artigo 68 dos Atos das Disposições



Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988:

“Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Conscientes de que o Território Sapê do Norte nos pertence de fato e de direito desde a chegada dos nossos antepassados, resistimos e trabalhamos coletivamente nestas terras produzindo farinha, beiju, artesanatos, celebrando a nossa cultura, preservando a natureza. Assim, nossa luta se afirma e se concretiza no entendimento e no sentimento de garantir que este território é nosso, nos pertence e nele queremos garantir a vida de nossas gerações futuras.

Portanto, diante de todo o desrespeito a que estivemos submetidos durante séculos de exploração e indignados com o descaso com que vimos sendo tratados por grandes empresas e governos irresponsáveis, decidimos constituir a **Comissão Quilombola**, formada por lideranças quilombolas rurais a partir de encontros realizados nas comunidades do Sapê do Norte.

Nosso objetivo é desenvolver um trabalho de inserção, interação, organização e empoderamento das comunidades na construção de uma estratégia de luta pela recuperação das nossas terras.

São Mateus, 07 de outubro de 2005.

4.2. Esgoto de Aracruz para os rios Guaxindiba e Sahy – Aldeias Tupinikins.

Não fosse pela empresa Aracruz Celulose, a cidade de Aracruz, no Espírito Santo, certamente seria bem menor do que é hoje; e os rios Guaxindiba e Sahy, que recebem todo o esgoto da cidade, poderiam continuar sendo usufruídos pelos índios tupinikins que ficam a jusante do centro urbano.

A vinda da empresa e seus trabalhadores atraíram também diversos comerciantes e todo o tipo de serviço, inchando a área urbana em pouco tempo. Com a chegada da Aracruz Celulose a população da sede do município cresceu 63%, em apenas 7 anos, passando de 6.746 habitantes em 1970, para 10.998 em 1977, um ano antes da inauguração da fábrica.⁶⁴ Sem tratamento adequado, o esgoto da população urbana vem poluindo os rios com seus dejetos, além das barragens e manilhas, e das plantações de eucalipto ao longo de seus leitos. Não bastasse isso, o lixão da cidade encontra-se na cabeceira do rio Guaxindiba!

Os índios tupinikins perdem assim uma importante referência para sua história. Conforme narra Seu Antonino, 70 anos, cacique de honra da Aldeia Tupinikim de Pau Brasil:

“A água do rio era usada para trabalhar na cozinha, lavar vasilhas, roupas, tomar banho e pescar. As mulheres tomavam banho às 17:00 horas e os homens só depois, à noite. Era um importante momento, onde todos participavam, desde crianças até os mais velhos. E também, nós aqui de Pau Brasil atravessávamos pelo rio para as aldeias Canta Galo, Olho D’água e Caieiras Velha. Era uma forma de visitarmos nossos parentes. Tinha peixes como traíra, tainha, cará,

⁶⁴ Coleção “Faça-se Aracruz!” (subsídios para estudos sobre o município) nº 2 – Setembro/97.

robalo e camarão. Agente comia isso tudo, mas agora, sem ter onde pescar, para comer peixe temos que comprar.”

Até mesmo para cerimônias de batismo os rios os apresentavam a vida. Segundo Deusdéia, mulher tupinikim liderança da Aldeia de Pau Brasil:

“Nós tupinikins somos povo do banhado, povo das águas, que se refresca nas águas. O rio Sahy era onde as crianças tomavam banho, mesmo no batismo. Podia mergulhar e beber daquela água, sem medo de se contaminar, de adoecer. Infelizmente é uma dor no meu coração ver estas águas poluídas, com mau cheiro hoje.”

Tal como nos quilombolas, também cresce, entre os povos indígenas tupinikins e guaranis, a resistência ao eucalipto e às fábricas da Aracruz Celulose, apontada como a principal responsável pela degradação de seus rios e córregos, pela destruição de suas aldeias, pela devastação de sua Mata Atlântica e pela apropriação violenta e fraudulenta de suas terras.

Em Maio de 2005, pela terceira vez, os índios guaranis e tupinikins partiram para a auto-demarcação de suas terras. Foi assim também no final dos 70 e dos 80. No que tange às áreas guaranis e tupinikins no Espírito Santo, o Governo Lula e seu Ministério da Justiça têm repetido seus antecessores, na resistência ao reconhecimento definitivo dessas terras indígenas. Pressionando o Estado brasileiro por um “direito originário”, os índios vêm exigindo a elaboração de uma nova portaria pelo Ministério da Justiça, reconhecendo os estudos e pesquisas já feitos pela FUNAI,⁶⁵ e concluídos em 1998, onde estão fundamentados os princípios jurídicos e antropológicos do domínio e da posse indígenas sobre as terras.

⁶⁵ A Fundação Nacional do Índio, órgão federal responsável pela questão indígena, montou um Grupo de Trabalho em 1994 para identificação do território indígena.

Nos 11 mil hectares re-ocupados, os índios iniciaram a construção de duas novas aldeias, Córrego do Ouro e Olhos d'Água, esta última, uma re-construção, já que no mesmo lugar, antes do eucaliptal, existia aldeia com mesmo nome. A construção de Córrego do Ouro e da Aldeia Olhos d'Água mobilizou homens, mulheres, idosos e crianças, na re-construção de casas de moradia, de uma grande cabana para reuniões, e ainda uma pequena roça de milho e mandioca, crescendo em meio aos tocos de eucalipto. Uma claridade aberta em meio ao talhão de eucalipto, cercado por muitos outros talhões, um pequeno "olho d'água" donde jorrava uma antiga e persistente fonte, e a Aldeia Olhos d'Água renascia. De Maio de 2005 a Janeiro de 2006, quando destruída pela segunda vez por tratores da mesma Aracruz Celulose, Olhos d'Água representou sobretudo o horizonte de um destino que, todos sabem, está por vir! Em reunião com a Comissão de Caciques, o ministro da Justiça e o próprio presidente Lula se comprometeram a restituir aos índios o que lhes garante a constituição. Paralelo à luta pela terra, os tupinikins e guaranis iniciam a constituição de um viveiro de mudas de árvores nativas da Mata Atlântica, localizado na Aldeia de Pau Brasil, e se preparam para um longo processo de reconversão de suas terras, da monocultura do eucalipto para a diversificação agroecológica, florestal e agrícola. A recuperação de nascentes, as matas ciliares de rios, córregos e lagos são pontos prioritários, pois sabem da importância central da água nesse processo de reconversão que se inicia.



*Reconstrução da
aldeia Olho
D'Água em
junho/2005*

*Destruição da
Aldeia Olho
D'Água em
janeiro/2006*



Nota da Comunidade Indígena do Espírito Santo

A Comunidade Indígena do Espírito Santo vem a público manifestar sua indignação com o massacre e a ação de extermínio praticada pela Polícia Federal no dia 20 de janeiro de 2006 no município de Aracruz/ES.

Informamos que ao longo da semana a Chefe substituta da FUNAI no ES foi informada da presença dos federais na área indígena para uma possível visita devido a presença de uma nova delegada no comando da instituição no Estado.

Porém o que não sabíamos, tampouco a FUNAI do posto indígena, era de que tal visita era para o cumprimento de uma ação arquitetada estrategicamente através de um mandado de reintegração de posse expedido por um juiz federal do município de Linhares, norte do Espírito Santo, tendo como autora da ação a empresa Aracruz Celulose, parte envolvida na referida área do conflito.

É inaceitável, inacreditável, que ainda hoje em pleno século 21, ainda somos caçados em nosso próprio território, inclusive com a destruição das nossas aldeias.

É também da ciência de todos que a área em questão encontra-se com suas resoluções tramitando nos tribunais em Brasília, e

que na última reunião para tratar do assunto na Capital Federal, ficou pré-determinado um período de 120 dias, com término previsto para este tempo no final de fevereiro/2006. Este prazo foi cumprido rigorosamente pelas comunidades indígenas. Ficou acertado também que durante este tempo não haveria qualquer tipo de ação pelas partes envolvidas, ficando no aguardo de uma solução a ser expedida pelo Ministério da Justiça, o que não foi cumprido pela Empresa.

Portanto, o que vimos e sofremos foi um massacre, uma ação de extermínio literalmente, que através de ação impetrada pela Aracruz Celulose, um juiz federal de Linhares concedeu uma liminar com mandado de reintegração de posse de uma área como determina o documento Bloco 01-AR, próximo a COHAB – Coqueiral, área esta onde sequer temos a presença indígena e em uma ação violenta praticada por agentes federais, com ônibus das empresas do Grupo Aracruz, como presenciado por todos que estiveram no local, tudo isto sob os olhos da FUNAI-Brasília, inclusive o Ministério da Justiça a quem estão subordinados, tanto a FUNAI quanto a Polícia Federal. E se não bastasse tudo isto, tivemos ainda a Polícia Civil de Aracruz se negando a fazer exames de lesões corporais em alguns indígenas feridos que os procuravam e mais o repórter da TV Gazeta tentando omitir a verdade dos acontecimentos, alegando que ação dos federais se justificava devido a então reação dos índios para com os policiais.

Por tudo isto lamentamos e repudiamos o fato de que o Governo Lula, de quem esperamos ações favoráveis como a homologação de nossas terras, autoriza ações com mandado do extermínio para com nosso povo, para com a nossa raça. Na oportunidade condenamos e denunciemos estes atos de violência, selvageria e covardia para com os legítimos donos destas terras, e mais, como todo bom brasileiro, em busca dos nossos direitos, seremos fortes e não desistiremos nunca.

Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani

Janeiro/2006

Os rios também sempre foram parte de suas reivindicações. Já em setembro de 2002, quando foi feita uma revisão do famigerado acordo que a Aracruz Celulose tinha com os índios desde 1998,⁶⁶ lideranças da aldeia Pau-Brasil pressionaram a empresa, acrescentando ao conteúdo do documento um importante termo aditivo:

“(ii) realização de estudo técnico sobre a recuperação total dos rios Sahy e Guaxindiba a ser entregue às comunidades no prazo de 60 dias contados desta data, com definição de medidas e estimativa dos custos necessários a esta recuperação.”

Responsabilizada pelos estragos, a Aracruz Celulose teria então que se responsabilizar pela recuperação. Assumiu o encargo, apesar de disponibilizar apenas R\$ 120 mil para uma obra que custaria no mínimo R\$ 6 milhões, conforme relatório da própria empresa.

Porém, menosprezando o largo saber indígena sobre seus rios e territórios, a Aracruz Celulose apresentou inicialmente uma insignificante proposta de algumas obras de engenharia hidráulica, em alguns trechos do rio. Indignados com o descaso e paliativos sugeridos pela empresa, os índios solicitaram à AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) um parecer técnico à proposta empresarial. Confirmando as hipóteses dos índios, os geógrafos demonstraram que para a recuperação total de um rio é indispensável abranger toda a bacia hidrográfica, e não apenas o leito e suas imediações.

Entre enormes desavenças técnicas e acadêmicas, os engenheiros da Aracruz Celulose, vencidos, reformularam por diversas vezes suas propostas e estudos (finalizada em novembro de 2004), ainda aquém do diagnóstico elaborado pela AGB⁶⁷ (de março de 2004), que considerou as causas dos problemas hídricos, sobretudo a partir da participação, do saber e do relato dos índios.

⁶⁶ Este acordo foi forçado aos índios, por ocasião da segunda autodemarcação de suas terras, quando foram militarmente reprimidos e pressionados pela empresa, Ministério da Justiça e FUNAI, com conivência do Ministério Público da época.

⁶⁷ “Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas Tupinikim e Guarani, ES”, AGB/2004.

Com a auto-demarcação de Maio de 2005, a Aracruz Celulose rompeu o acordo com que subordinava os índios a seus recursos e projetos, interrompendo também o programa de recuperação dos rios.

Tornando público a problemática da água, os índios realizaram já em novembro de 2003 um grande protesto no Rio Guaxindiba e fecharam a via de acesso do esgoto ao rio. E em março de 2005, no dia internacional das águas, tupiniquins e guaranis realizaram uma passeata na localidade de Barra do Sahy, denunciando as atrocidades cometidas pela Aracruz nos rios e córregos da região.



*Fechamento simbólico do esgoto
no rio Guaxindiba – 2003*

4.3. Esgoto do bairro Coqueiral para aldeia guarani do Piraquêaçu.

Na aldeia indígena guarani de Piraqueaçu, o problema da água é também atual, quer dizer, ainda sem resolução, mas sua genealogia remonta ao mesmo relatório administrativo da Aracruz Celulose S/A, de 1978:

“h) Núcleo Habitacional: No bairro Coqueiral cujas obras estão a cargo da subsidiária Santa Cruz Urbanizadora S/A, foram concluídas 671 unidades residenciais, das 835 previstas. As obras de infra-estrutura: pavimentação, água, energia, iluminação e telefone, foram totalmente executadas. Os equipamentos comunitários como hotel, escola ativa, clube da orla, centro comercial (primeiro bloco), ambulatório, e central telefônica, no final do exercício findo, achavam-se prontos e em pleno funcionamento.”

Comparado às aldeias indígenas ou aos demais distritos e bairros do município de Aracruz, o núcleo habitacional da empresa, no bairro Coqueiral, garantia infra-estruturas jamais imaginadas pelos índios, pescadores, agricultores que tradicionalmente habitavam a região. Mas não eram equipamentos à disposição dos índios e demais vizinhança. E nem a maior parte dos trabalhadores envolvidos no complexo Aracruz podiam desfrutar desses benefícios. Na verdade, apenas uma pequena parte dentre eles, notadamente os diretamente contratados para trabalhar na indústria.

Lá no bairro, uma clara distinção pela localização e tamanho das casas entre os “pés vermelhos”, com postos de menor escalão e os “chifre de ouro”, da mais alta hierarquia. Cá na aldeia, o esgoto sanitário do bairro todo se mistura, sem distinção, em grandes “pinicões” de decantação, as chamadas Estações de Tratamento de Esgoto. Até hoje estão lá, a 50 metros das casas guaranis.

Nas palavras de Severina, índia guarani esposa do cacique da aldeia Piraqueaçu:

“É um absurdo nós vivermos com isso, faz mal à saúde. O cheiro é péssimo, atrai muitos mosquitos, polui até a água do poço artesiano. Então a empresa pode construir todo um bairro para seus trabalhadores, gerentes e chefes e nós é que ficamos com o esgoto de toda essa gente? Por que

não fizeram os pinicões dentro do próprio bairro Coqueiral e por que vieram lançar seus esgotos em terra indígena?”

Severina se preocupa sobretudo com a segurança, pois sem a devida proteção, as crianças e animais são os que ficam mais vulneráveis. Conta a índia que:

“depois de uma chuva forte que deu, lá pelo ano 2000, o pinicão estourou, e uma criança que brincava na água ficou doente, morrendo 3 dias depois. E até hoje nenhuma providência foi tomada, nem empresa, nem prefeitura, nem nada.”

Ignorado pela Aracruz, indiferente para o SAAE,⁶⁸ sem definição pela FUNASA,⁶⁹ preocupante para o Ministério Público Federal, o pinicão é insuportável para os índios. Enquanto empresa e órgãos públicos postergam uma decisão do que fazer com isso, cobrada há mais de 4 anos pelos índios, a Aracruz Celulose permanece ilesa. E os guaranis, tão bem acolhidos nas margens deste que é “lugar de peixe grande dormir”, mal conseguem cultivar o berço do Piraqueaçu.

Enfim, o “progresso” da indústria causou um enorme prejuízo aos índios guaranis que têm uma relação sagrada com os rios, bem além do despejo de resíduos, como nos ensina o cacique guarani Werá Kwaray, da aldeia Boa Esperança.

“Quando a gente fala do progresso, tem que ser de vida e não de morte. Nós entendemos que este progresso de alguns poucos homens, tá destruindo tudo. A água é o seio da Terra que sustenta toda a natureza, todos os seres vivos do planeta. Se não tivesse o seio da Terra, o leite da Terra, não existiria ser humano, nem nenhum ser vivo, mata, peixe, nada. A lágrima que sai dos seus olhos foi o seio da

⁶⁸ SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

⁶⁹ FUNASA - Fundação Nacional de Saúde.

Terra que deu. Isto foi a sabedoria e o saber milenar dos meus antepassados que me ensinou.”

Alardearam no Jornal A Gazeta:⁷⁰

“Pinicão em aldeia de Aracruz será retirado. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), conhecida como “pinicão”, instalada na área indígena de Piraquê-Açu, em Aracruz, será retirada do local a pedido dos caciques e lideranças indígenas tupiniquins e guaranis. A retirada foi definida em uma reunião realizada ontem, na Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Espírito Santo”.

Era falso. O pinicão continua por lá. Sem solução. Quer ver?



Protesto contra a morte dos rios no Deserto Verde – 2005

⁷⁰ Jornal A Gazeta, 4 de março de 2004.

4.4. Canal Caboclo Bernardo: uma clara ilegalidade.

Água para quem? Para que uso?

A Aracruz Celulose tentou disfarçar. Confabulou com a prefeitura municipal de Aracruz, que assumiu o projeto, e justificou a urgência de desvio do rio Doce, para abastecer a população de Vila do Riacho e Barra do Riacho, comunidades onde habitam vizinhos bem próximos às três fábricas de celulose da empresa.

Disse o prefeito na época, Luiz Carlos Cacá Gonçalves:

“a captação do rio Doce solucionou o problema de falta de água das comunidades de Vila do Riacho e Barra do Riacho e aumentou as áreas irrigáveis para a agricultura ...”

Mas, ao mesmo tempo, não esconde:

“Graças a essa iniciativa, agora premiada em âmbito nacional, o município de Aracruz retomou sua capacidade de desenvolvimento econômico, sobretudo para a sua grande potencialidade que é o setor industrial”.⁷¹

Ora, se a população destas duas comunidades participam hoje ativamente da Rede Deserto Verde é por revolta da situação difícil que herdaram da Aracruz Celulose, principalmente no que diz respeito à quantidade e qualidade da água que abastecem suas comunidades.

“Em Vila do Riacho as pessoas que podem comprar água mineral para beber, de tão ruim que é a água aqui; e aquelas que não podem bebem daqui mesmo, o que é que vão fazer? Sede é sede.

⁷¹ Jornal A Gazeta, 12 de junho de 2000.

Sem comida até que dá pra passar um tempo, mas sem água não dá não. Quero ver essa empresa também passar sem água. Como vão fazer a celulose?”, diz Jorge Manoel Ghramelich, presidente da Acovila.⁷²

Para o setor industrial da Aracruz Celulose sim, todos os benefícios. Este sempre foi o objetivo do Canal Caboclo Bernardo. Sem garantir o abastecimento de água, a Aracruz Celulose não poderia iniciar a construção da terceira fábrica, afinal H₂O é um dos principais elementos para as operações industriais. Precisariam agora, para produzir 2 milhões de toneladas/ano, um rio bem maior que o rio Riacho, de onde vinham captando água até então. Por isso a pressa e um conjunto de ilegalidades ambientais.

No EIA/RIMA da terceira fábrica, do mesmo ano do desvio, 1999, já aparece a declaração que o rio Doce seria a sua fonte de captação de água:

“A água para o empreendimento será captada no Rio Doce”, página 7, Figura 1: Fatores favoráveis à implantação do empreendimento”.⁷³

O rio Doce que configura a maior bacia hidrográfica do Estado, é um rio inter-estadual, federal, vindo de Minas Gerais e dividindo o Espírito Santo em Norte e Sul. Dele fizeram um canal interligando à bacia do rio Riacho, passando pelo rio Comboios, compondo com o complexo hidráulico da Aracruz Celulose de comportas, barragens, represas, estações, reservatórios, bombas e eclusas. Ao todo 50 km em canais abertos. Grande obra e de grande risco para toda a população capixaba e principalmente para as comunidades de Aracruz. Porém assim não foi entendido pelos técnicos licenciadores da SEAMA,⁷⁴ que julgaram insignificantes

⁷² Associação de agricultores e coletores de Vila do Riacho.

⁷³ Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, CEPEMAR, 1999.

⁷⁴ Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente.

os impactos negativos deste projeto, a ponto de se contentarem com uma mera Declaração de Impacto Ambiental (DIA), liberando a licença em tempo recorde. No entanto, até mesmo por ser um projeto de transposição de bacias, a legislação federal e estadual exigem a elaboração de um EIA/RIMA, que seria mais completo e minucioso, além da realização de audiências públicas para aprovação do projeto e aprovação de órgãos federais. Nada disso aconteceu. Até mesmo o Ministério Público Federal, que recebeu denúncia do advogado Sebastião Ribeiro Filho,⁷⁵ reconheceu em novembro de 1999⁷⁶ a ilegalidade do licenciamento concedido pela SEAMA. Nada mudou.

Bem, a licença foi dada considerando o abastecimento público, porém no próprio parecer técnico do Eng. Antônio Eduardo Lanna, que subsidiou a SEAMA para avaliar o projeto, constava:

“a utilização da água derivada do rio Doce será para atender o Parque Industrial da Aracruz Celulose S/A.”

A Aracruz Celulose assumiu ainda o cumprimento das condicionantes da licença de instalação da *“canalização das águas do rio Doce”*, interessada que estava em *“contribuir” com este projeto.*⁷⁷

Apesar disso tudo, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) concedeu à Aracruz Celulose um prêmio, por proteção aos recursos hídricos em 2000. Aplausos?!?

⁷⁵ (OAB - 4060).

⁷⁶ Procedimento Administrativo PR/ES nº 08107.000527/99-99.

⁷⁷ Conforme relatório da AGB/2004 “Impactos da apropriação dos recursos hídricos pela Aracruz Celulose nas terras indígenas Tupinikim e Guarani, ES”.



Obras de comportas e barragens nos rios que abastecem a fábrica.

4.5. Aldeia Tupinikim de Comboios, afundando com o canal.

O rio Comboios sempre foi o coração da aldeia de Comboios, por onde pulsa a vida daqueles índios tupinikins, historicamente os que habitam mais isolados, em uma estreita faixa entre o rio e o mar. Da travessia de barco que dá acesso a suas casas, à pesca, ao cultivo de roças agrícola e criação de gado em suas ilhas e várzeas, até o consumo doméstico e banhos, toda a vida da aldeia sempre esteve intimamente associada ao rio de mesmo nome. A pesca, o gado e a venda de camarões era o que mais trazia trabalho e renda para os índios.

De 1999 pra cá, no entanto, o rio Comboios vem morrendo, conforme narra o cacique João Mateus.

“O câncer que abateu nosso rio Comboios foi ter recebido as águas poluídas do rio Doce, que vieram com o desvio. Os peixes que comíamos e vendíamos, praticamente, sumiram. Quem bebeu dessa água teve febre, vômito e o corpo “encaroçado”. Ninguém bebe mais não. As roupas que as mulhe-

res sempre lavavam ali, saem agora amarelas, sujas. Crianças, nós proibimos de nadar.”

Mas o rio não afinhou, engordou. As águas do rio Doce invadiram o seu leito e transbordaram por sobre as áreas de várzeas e ilhas, utilizadas pelos índios para agricultura e pecuária. Houve uma significativa redução do território produtivo indígena, e mais uma vez um aprofundamento do domínio da Aracruz Celulose, que controla o nível de água do rio, abrindo ou fechando as comportas conforme a sua necessidade.

Até mesmo a segurança das famílias ficou ameaçada, pois os animais que viviam nos brejos, como cobras, fugiram e foram buscar refúgios na aldeia e nas casas dos índios.

A Aracruz Celulose que nem de perto entende da qualidade de vida indígena, prometeu melhorar suas condições de vida e da água. Mas Seu João Mateus segue questionando a empresa:



“Se nós tínhamos uma água clarinha que não precisava colocar remédio, o que precisaria mais? Não faltava nada, né? Será que ia clarear a água mais do que já era? Será que ela ia fazer produzir mais peixe e camarão? Queremos o nosso rio livre, sem o canal. Queremos o nosso rio de volta e que a Aracruz pague pelos prejuízos que nos causou”.

*João Mateus
no rio Comboios*

4.6. Barra do Riacho – um mar de problemas trazido pela Aracruz

Desde a construção da primeira fábrica que a Aracruz Celulose estabeleceu com Barra do Riacho uma relação extremamente utilitária, quer seja para amontoar os operários das suas obras, para se apropriar de seus rios, para escoar sua produção, despejar os seus efluentes, quer seja para justificar o desvio do Rio Doce.

De uma tradicional comunidade de pescadores na década de 70 de mais ou menos 2.000 moradores, explodiu um grande adensamento populacional de quase 10 mil pessoas atualmente, atraídas pelas construções das fábricas da Aracruz Celulose. Grande parte, homens trabalhadores da construção civil que vinham em caráter temporário e alguns, já desgarrados de suas famílias, acabavam fixando residência. Ao contrário da recepção dos trabalhadores contratados na indústria, em Coqueiral, estes se empilhavam neste distrito sem a mínima infra-estrutura, trazendo sérias consequências como violência e prostituição. Jamais foi dimensionado saneamento para toda esta gente e o esgoto, correndo a céu aberto, deságua no rio Riacho, o mesmo que abastece o distrito.

Mesmo antes do desvio do rio Doce, a população de Barra do Riacho já convivia com as obras hídricas da Aracruz Celulose, que transfigurou todo o curso dos rios Riacho, Gimuna e Santa Joana, para abastecimento das duas primeiras fábricas. Esta revolução fluvial gerida pela empresa intensificou-se a tal ponto que o rio que naturalmente descia até a foz, agora engenhosamente sobe em direção à fábrica. A Aracruz Celulose conseguiu a façanha de reduzir a correnteza de um rio a um sistema hidráulico industrial.

Com tantas obras nos rios, a saída para o mar, a chamada “boca da Barra”, tornou-se tão assoreada que os barcos de pesca ancorados próximos à foz do rio Riacho encontram enormes dificuldades de passagem, limitando os horários e temporadas de pesca. Desta forma a Aracruz Celulose contribuiu para a redução desta que sempre foi a fonte de subsistência de grande parte dos moradores locais.

Desde a década de 70 que os pescadores vêm denunciando a Aracruz também pelo lançamento de “*águas venenosas*” no mar, vindas pelos emissários submarinos que despejam a 1.700 metros da praia e a 17 metros de profundidade todos os efluentes da fábrica. Mesmo que tratados em lagoas aeradas e de estabilização, os líquidos eliminados estão longe de atingir um grau de pureza, senão certamente retornariam para suas exigentes máquinas. Mas, a exigência dos pescadores não parece tão importante para a Aracruz Celulose e nem mesmo para o Estado, que deixa a cargo da própria empresa todo e qualquer monitoramento, controle e análise da água. Em uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Poluição em 1987/88, a SEAMA admitiu sua total falta de controle sobre o processo, e de lá pra cá, as informações que dispõe são única e exclusivamente da própria empresa. Nada mudou.

Em outubro de 1997 aconteceu um vazamento de um tanque da empresa contendo 20 mil litros de licor negro (soda cáustica e sulfeto de sódio), por conta de um blecaute que paralisou todos os equipamentos da fábrica, deixando as águas da praia de Barra do Riacho completamente escuras, danificando ainda mais a pesca.⁷⁸

Enquanto isso enormes transatlânticos, cargueiros da celulose, partem de Barra do Riacho, do maior porto privado de celulose, Portocel, para o mundo, indiferentes a quaisquer problemas na localidade e deixam também a sua parcela de prejuízo aos pescadores, restringindo o acesso ao mar.

4.7. Vila do Riacho – cheia de privações.

A necessidade de água tratada pela comunidade de Vila do Riacho realmente é grande e não é a única. Terra, alimento, trabalho são alguns outros exemplos de carências por grande parte da população da Vila. Mas isto não foi sempre assim, pelo menos há 30 anos atrás, a situação era bem diferente. Naquela época, antes

⁷⁸ A Gazeta, em 20 de outubro de 1997.

da chegada da Aracruz Celulose, a população da Vila vivia principalmente da pequena agricultura e da pesca, e também dos vários recursos da Mata Atlântica, abundantes até então.

Vila do Riacho está à cerca de 10 km das fábricas da Aracruz Celulose e esta vizinhança transformou completamente a situação de vida dos moradores de um dos distritos mais antigos do município. Suas terras passaram a ser cobiçadas pela empresa, e com pouco recurso ela transformou aquele território num mar de eucaliptais, se apropriando de terras devolutas. Os rios também foram apropriados para abastecer de água as fábricas da Aracruz e a pesca ficou completamente restrita. Enfim, lhes tiraram de tudo. Em troca? Nada. Nem água.

“O problema de água começou agora, de uns tempos para cá, depois que abriu o rio Doce para abastecer a fábrica porque a fábrica tava com falta de água. Eles fizeram esta porta lá em cima para a fábrica e nós ficamos prejudicados. Tanto nós como o pessoal de Comboios. Nós usávamos esta água para tudo. Hoje só a Aracruz tem este privilégio de ser feliz.”

A queixa é de Pedro Nunes Correia, morador de Vila do Riacho há 53 anos. Depois de ter trabalhado na construção das duas primeiras fábricas, foi mandado embora quando adoeceu e hoje, no mercado informal, cata papel para reciclagem. Com este trabalho recebe em média R\$300,00 por mês sendo que R\$ 50,00 é para pagar sua conta de água. E ainda assim a qualidade da água para os moradores da Vila é bastante suspeita:

“Na minha casa a água para beber e cozinhar vem do poço. Nem pra cozinhar serve a água do SAAE. Até o peixe que faz a moqueca tem gosto e cheiro de lama, e às vezes até amarga”, comenta o Sr. Pedro.

Alguns ali insistem ainda com a pesca, mas não bastassem todas as dificuldades pela poluição e assoreamento dos rios, também sofrem a repressão e proibição da Visel, milícia armada da

Aracruz Celulose. Arbitrariedades assim são cometidas também pela polícia militar que, para proteger os bens da empresa, persegue e acusa a população local indiscriminadamente. Prenderam redes de pesca, caminhões, carroças, destruíram fornos de carvão e até residências, conforme Folkevett, revista norueguesa de NorWatch em 2004.⁷⁹

As famílias da Vila do Riacho iniciaram em 2004 um grande processo de mobilização com passeatas nas ruas da Vila, uma audiência pública com parlamentares, além de denúncias junto ao Estado. Criaram uma Associação para reivindicar seus direitos.

Sem alternativas e dispostas à luta, as famílias da Vila uniram-se em outubro de 2005 ao MST e ocuparam uma área da qual a Aracruz Celulose se diz proprietária, mas que conforme o INCRA em grande parte é devoluta. Mais de 80 famílias esperam pela Reforma Agrária, como forma de retomarem seu direito à terra e à água.



Manifestação.

⁷⁹ Por esta matéria de Pia Gaarder, a Aracruz Celulose foi considerada na Noruega a pior empresa do ano.

DIA 21 DE SETEMBRO DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA AS MONOCULTURAS

Carta Aberta à população

Nós, moradores(as) de Vila do Riacho, comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani e integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, vimos denunciar todas as formas de violência produzidas pela Empresa Aracruz Celulose contra as populações locais do seu entorno desde a sua instalação há 36 anos.

A Aracruz Celulose destruiu todas as formas de subsistência de nossas populações: destruiu os rios, destruiu a mata atlântica, invadiu nossas terras produzindo o caos social e ambiental. Como a Aracruz Celulose que prometeu desenvolvimento, emprego, melhoria das condições vida, conseguiu, nesses 36 anos, ficar completamente impune?

As violências são inúmeras: a população de Vila do Riacho tem sido vítima de abusos constantes das polícias militar, ambiental e da milícia armada da Aracruz Celulose (VISEL). É-lhes cerceado o direito de ir e vir e de trabalhar; Trabalhadores têm seus instrumentos de trabalho apreendidos e/ou destruídos; Moradores são ameaçados; Adolescentes são ameaçados e presos; Famílias têm seus lares invadidos; cidadãos são acusados de furto sem qualquer prova; Pequenos proprietários são violados nos seus direitos, tendo a casa destruída e plantios arrancados. E aí, a população indignada pergunta: o que se deve fazer quando a polícia, que é sustentada pelo dinheiro público, que tem a função de dar segurança ao cidadão, se transforma num instrumento de terror, a serviço de interesses privados da Aracruz Celulose?

Os pescadores não têm mais o que pescar; a água de uso doméstico está contaminada, adoecendo crianças e adultos, forçando uma população desempregada a comprar água mineral ou a se deslocar quilômetros de distância para buscar água potável. Tudo isso porque a Aracruz Celulose, na sua produção, consome uma quantidade diária de água que corresponde à mesma quantidade que uma cidade de dois e meio milhões de habitantes gasta por dia, e não paga nada por isso. E mais, para atender ao seu interesse econômico não respeita qualquer princípio ético, ambiental e social: represa rios, faz transposição da bacia do Rio Doce (Canal Caboclo Bernardo), inunda propriedades, inverte cursos de rios (Rio Gimuna) e contamina as águas com uso intensivo de agrotóxico nas suas plantações. Assim produz um desastre ambiental incalculável e irreversível. A população mais uma vez pergunta: por que a Aracruz Celulose, que tem essa prática perversa, consegue ser premiada como empresa defensora do meio ambiente?

Nossas populações locais que viviam de forma autônoma como pequenos produtores, lavradores, pescadores e trabalhadores independentes hoje vivem cercadas pelos plantios de eucalipto, sem qualquer perspectiva de trabalho. Para muitos de nossos trabalhadores não resta outra alternativa imediata de sobrevivência senão a produção de carvão. Entretanto, nem isso podem fazer. A empresa com toda sua truculência tem perseguido os catadores de resíduos e os trata como se fossem bandidos, buscando cada vez mais inviabilizar a permanência das comunidades no seu entorno. A população outra vez pergunta: diante de tantos danos causados por que a empresa recebe financiamento público e privilégios fiscais? Enquanto, para nós resta o mau cheiro, a poluição, o risco tóxico e o total descaso por parte do estado e da prefeitura.

A Aracruz Celulose quer negar o seu passado destruidor da cultura e do modo de vida das populações locais. Só quer olhar para o futuro e gerar desenvolvimento. Perguntamos: desenvolvimento para quem? Para nós, discutir o passado é vital. "Perguntem aos mais antigos sobre o estrago que ela, a Aracruz Celulose, fez por aqui! Aí então vamos lembrá-la do que perdemos e quanto custa a ela reparar as perdas e danos que ela nos causou".

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.

Tal como observado, a problemática da água na Aracruz Celulose S/A no Espírito Santo apresenta um longo processo histórico de constituição, pois desde 1968 que a empresa viola direitos da sociedade civil habitante de seu vasto entorno territorial.

A apropriação e uso das bacias hídricas para a produção de celulose e para a monocultura do eucalipto; bem como para o despejo de esgoto, efluentes industriais e agrotóxicos, são traços característicos de um racismo ambiental. A partilha da água no Espírito Santo denota uma clara injustiça ambiental: farta, abundante e gratuita para a Aracruz Celulose – escassa, paga, poluída, para índios, quilombolas, sem terra, camponeses, pescadores.

Seguem algumas recomendações, possíveis demandas a serem aprofundadas, no sentido de orientarem desde o Norte, uma campanha pelo direito à água no Sul.

- ◆ *Parar imediatamente a expansão dos plantios industriais de eucalipto de rápido crescimento e reduzir as plantações já existentes concentradas nos municípios de Aracruz, Conceição da Barra e São Mateus.*
- ◆ *Não usar árvores geneticamente modificadas em seus plantios; não reduzir ainda mais o ciclo de corte, nem diminuir o espaçamento entre as árvores.*
- ◆ *Recuperar córregos e nascentes já desaparecidos em meio ao eucaliptal da empresa; e garantir imediatamente o abastecimento de água potável para comunidades quilombolas, indígenas e camponesas impactadas por seu manejo.*

- ◆ *Fechamento imediato do Canal Caboclo Bernardo e recuperação do Rio Comboios.*
- ◆ *Transferência imediata do pinicão da Aldeia Piraqueçu para fora da área indígena.*
- ◆ *Afastar os plantios das aldeias indígenas, das comunidades quilombolas e campesinas e não utilizar agroquímicos nas proximidades de suas terras e rios.*
- ◆ *Garantir renda, alimento e abastecimento de água potável para os habitantes da Vila do Riacho e da Barra do Riacho, até que seus rios e córregos sejam recuperados, bem como a pesca e o acesso ao mar.*
- ◆ *Recuperar as bacias dos Rios Gaxindiba e Sahy.*
- ◆ *Retirar o eucalipto plantado sobre áreas de preservação dos mananciais hídricos e replantá-las com árvores nativas da Mata Atlântica.*
- ◆ *Garantir o assentamento das 80 famílias acampadas na antiga fazenda da Agril em Vila do Riacho. A empresa não pode disputar terras com a Reforma Agrária na região, desocupando as terras devolutas.*
- ◆ *A empresa deve ser mais transparente, abastecendo a sociedade de informações sobre os riscos de contaminação pelos efluentes e agroquímicos.*
- ◆ *A empresa deve retirar totalmente o Cloro de seu processo de branqueamento, usando o processo TCF.*
- ◆ *Devolução das terras indígenas e quilombolas.*
- ◆ *Reparação dos direitos de seus ex-trabalhadores, envenenados e acidentados durante o manejo de seus plantios.*

- ◆ *Diversificação de espécies intra-talhão para melhor equilíbrio hídrico na região onde os plantios se concentram.*
- ◆ *Criação de um “Fundo da Água” – A empresa deve pagar sua histórica conta de água junto à sociedade civil capixaba. O valor do passivo da empresa deve ser calculado e constituído um fundo estratégico, para garantia da segurança alimentar da população impactada.*

Publicação

FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Rua Graciano Neves, 377 – 2º andar

Centro, Vitória – Espírito Santo

CEP: 29015-330

Tel: (27) 33226330

Fax: (27) 3223 7436

e-mail: fasees@terra.com.br

site: www.fase.org.br

Apoio

NCA - NORDIC CHURCH AID

MISEREOR

CHRISTIAN AID

RECOMA

